Novembro/Dezembro 2015
Ano 10_nº73
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC
FLORESTA. SUSTENTABILIDADE. CERTIFICAÇÃO.

Páginas 10_11

ENTREVISTA A EDUARDO BATISTA
OS FUNGOS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA AS FLORESTAS

Páginas 4_5

REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM
BENEFÍCIOS ECONÓMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

Página 9

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Páginas 15 a 18

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

resitejo

QUERCUS ASSINALA 30 ANOS DE EXISTÊNCIA

PRÉMIO QUERCUS 2015 PARA FILIPE DUARTE SANTOS E PROJECTO VALE DA SARVINDA

Direcção Nacional

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, Organização Não Governamental de Ambiente com maior intervenção à escala nacional, comemorou no dia 31 de Outubro, o seu 30.º aniversário. Nesse mesmo dia, organizou uma Conferência com o tema "Cidadania pelo Ambiente" e um jantar comemorativo do aniversário, onde foi atribuído o Prémio Quercus 2015. O jantar decorreu pelas 20:00 horas, no Restaurante da Quinta do Paço, em Vila Real. No final do jantar teve lugar a cerimónia de entrega do Prémio Quercus, que este ano galardoou o Professor Filipe Duarte Santos e o Projecto Vale da Sarvinda, ex-aequo.

A Quercus tem constituído uma referência de intervenção ambiental ao longo da sua existência, com uma análise crítica e participada sobre as opções políticas e da sociedade portuguesa nos domínios do ordenamento do território, conservação da natureza, energia e alterações climáticas, recursos hídricos, resíduos e floresta, entre outros. A sua implantação regional, através de quase duas dezenas de Núcleos, permite-lhe uma acção próxima das populações e dos problemas locais, sendo o trabalho desenvolvido pela Associação, na grande maioria, assegurado por voluntários. Na comemoração dos seus 30 anos de história, a Quercus decidiu atribuir o Prémio Quercus 2015 ao Professor Filipe Duarte Santos e ao Projecto Vale da Sarvinda pelo trabalho meritório que têm realizado na área do Ambiente, e pela sensibilização e defesa das várias causas ambientais em que se têm envolvido.

Filipe Duarte Santos é professor catedrático de Física na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Desde a década de 1980 dedica-se sobretudo à investigação nas Ciências do Ambiente e em especial às Mudanças Globais e Alterações Climáticas. É professor convidado de várias universidades prestigiadas dos Estados Unidos da América e da Europa. Com cerca de cento e vinte artigos científicos publicados, coordenou a redacção do primeiro e único Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal, publicado em 1991. Integra desde 1998 o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e é membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa. Actualmente faz parte do Grupo de Investigação CCIAM (Climate Change Impacts, Adaptation and Modelling), integrado no Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes – cE3c (http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/).

O projecto Vale da Sarvinda, está situado na zona do Tejo Internacional e tem a ambição de fixar pessoas à terra, sendo auto-suficiente no que respeita à produção de alimento, energia e rendimento. Pretende também construir uma ecoaldeia com casas ecológicas e ter uma consciência ambiental, social e educacional. Neste projecto, aplicam-se várias metodologias como a Permacultura, a Agricultura biodinâmica, a «Key-line», o Chá de Composto, entre outras mais experimentais, com vista a transformar a paisagem, enriquecendo os solos, disponibilizando mais água e aumentando a biodiversidade. Juntamente com outros produtores, o projecto Vale da Sarvinda está envolvido no desenvolvimento de uma rede de produtores-consumidores a nível nacional, aproximando-os e estimulando trocas, de produtos agrícolas, mas também de serviços, como o turismo, ou mesmo financeiros. É também objectivo do Vale da Sarvinda colocar ao serviço de todos uma metodologia que permita a criação de novos projectos semelhantes.

MACROSCÓPIO

João Branco
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

CIDADANIA PELO AMBIENTE
O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE (ONGA)

João Branco

A conferência comemorativa dos 30 anos da Quercus, realizada em 31 de Outubro de 2015 na cidade de Vila Real teve como tema a "Cidadania pelo Ambiente".
O papel das ONGA é muito importante no processo de despertar consciências para os temas ambientais. Funciona também como um viveiro de activistas e especialistas em questões ambientais e da conservação da Natureza, através de um processo de capacitação contínua dos seus dirigentes e voluntários.
A Quercus, e outras associações como o Núcleo Português para o Estudo e Protecção da Vida Selvagem (NPEPVS) e a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) contribuíram e continuam a contribuir para a formação e capacitação de pessoas nas mais diversas áreas como a conservação da natureza e biodiversidade, rios e lagos, oceanos, químicos, resíduos, atmosfera, alterações climáticas, agricultura, silvicultura, pecuária, ruído, turismo sustentável, fotografia, etc.. Podemos dizer que a lista é interminável.
Precisamente por os temas ambientais abrangerem inúmeras áreas da ciência e do saber é que se torna difícil aos cidadãos acompanharem os temas e terem opiniões fundamentadas sobre os diversos problemas ambientais que surgem todos os dias.
A cidadania pelo ambiente assume as mais variadas formas, desde as simples contestações aos abates e podas de árvores em meio urbano, passando por acções de sensibilização sobre o estado de rios (como aconteceu recentemente ao longo do rio Tejo em acção coordenada pela plataforma PRO-TEJO), até à participação em grandes conferências nacionais e internacionais.
Nos países desenvolvidos e democráticos da Europa, América do Norte e em algumas partes da Ásia, estão previstos mecanismos de consulta e de participação dos cidadãos em temas ou projectos susceptíveis de terem impactos sobre o ambiente. Nestes países os cidadãos são livres de manifestar a sua opinião sobre as questões ambientais. Podemos dizer que o resultado, na maior parte das vezes não é o mais favorável à conservação da Natureza e do Ambiente, mas o processo de participação existe e é livre.
Já noutros locais como África, China, Rússia e América do Sul, nem existem mecanismos de participação dos cidadãos, nem os cidadãos são verdadeiramente livres de manifestar a sua opinião sobre temas ambientais – principalmente quando interferem em interesses económicos instalados.
Lembro o assassinato de numerosos activistas que lutaram pela preservação da selva amazónica brasileira, os espancamentos violentos ocorridos (e que continuam a ocorrer) na África Ocidental dos poucos que ousam levantar a sua voz contra o abate indiscriminado de árvores no golfo da Guiné e na bacia do Congo.
Lembro também a aprovação da Lei "Contra as Organizações Internacionais" por parte do governo russo que na prática impede que qualquer ONG monitorize as questões ambientais na Rússia e que, em particular, permite o corte desenfreado da floresta siberiana.
Não podemos esquecer as deportações em massa de milhões de pessoas na China (e também no Brasil) feitas pelos exércitos nacionais contra a vontade e interesses das populações de modo a que possam ser construídas grandes barragens.
Julgo que os mecanismos de comércio internacional deveriam ter em conta e incorporar entes aspectos uma vez que, no fundo, estamos na presença de um verdadeiro dumping social e ambiental.
Fica o alerta de que não devemos dar como garantida a nossa liberdade de nos manifestarmos em questões ambientais. Por isso é importante uma cada vez maior participação dos cidadãos.

QUERCUS FAZ PARTICIPAÇÃO À UNESCO
PARQUE EÓLICO DE TORRE DE MONCORVO COLOCA EM RISCO A PAISAGEM DO ALTO DOURO VINHATEIRO – PATRIMÓNIO MUNDIAL

Direcção Nacional

A Quercus efectuou uma participação à UNESCO devido ao projecto do Parque Eólico de Torre de Moncorvo, previsto para os concelhos de Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães, afectar a paisagem na Zona Especial de Protecção do Alto Douro Vinhateiro, classificado como Património Mundial.
A instalação de 30 aerogeradores com 120 metros de altura é incompatível com a paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro, dado que os aerogeradores são visíveis a dezenas de quilómetros, extravasando os impactes para fora da área de estudo e da Zona Especial de Protecção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro. A maior parte da área de estudo está na ZEP do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial classificado pela UNESCO, devido ao atributo de Valor Universal Excepcional, pelo que a sua afectação é muito negativa. Convém destacar que existem outros projectos como a Barragem de Foz Tua que afectam muito negativamente a paisagem da ZEP do Alto Douro Vinhateiro.
Todos os cidadãos, e neste caso em especial os Durienses, têm direito à sua herança cultural e paisagística. O Douro é composto por um mosaico de áreas agrícolas, com socalcos e floresta mediterrânica, e não deve ser afectado com uma industrialização da paisagem. Estamos a falar de 30 equipamentos com altura superior a prédios de 30 andares, já para não falar nas acessibilidades e rede eléctrica também necessárias à conclusão do empreendimento. Estes elementos artificiais não fazem parte da paisagem nem da cultura do Douro.
O projecto do parque eólico pode afectar também o turismo, como o turismo rural e o enoturismo na região do Douro Superior, devido à alteração significativa e artificialização da paisagem, o que pode acarretar prejuízos económicos e sociais. O mosaico de áreas agrícolas, com socalcos, associado à floresta mediterrânica dominada por azinhais e sobreirais protegidos, e também o habitat prioritário do zimbral, devem ser conservados.
Infelizmente há já notícias internacionais alertando para o excesso de construção de infra-estruturas impactantes na paisagem implantadas na Região do Douro Vinhateiro e suas regiões limítrofes, com efeitos muito negativos para a imagem do Douro que podem no futuro trazer consequências graves para o sector da viticultura e do enoturismo associado.
Para além dos impactes na paisagem e biodiversidade local, resultantes da construção desta infraestrutura, existe igualmente o risco de ruído nas aldeias próximas, tendo sido verificado um receptor (6) para o período nocturno com valor acima do limite legal, o que é preocupante para o bem-estar e qualidade de vida das populações.
A Quercus-ANCN, face a mais este atentado à Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, vem apelar à UNESCO para intervir preventivamente junto do Governo do Estado Português, de forma a evitar a aprovação do Parque Eólico de Torre de Moncorvo e a consequente descaracterização da paisagem cultural provocada pela sua construção.

Melpati

Parque eólico

ENTREVISTA

a **Eduardo Batista**

Cláudia Silva

Lísia Lopes

Licenciado em Biologia com um menor no ramo da Gestão pela Universidade de Aveiro em 2015, tem dedicado grande parte do seu tempo extra curricular a actividades ligadas ao Associativismo Jovem destacando-se a Associação Juvenil de Ciência e o Núcleo de Estudantes de Biologia da AAUAv. Recentemente integrou o Comité Executivo Europeu da Milset, um movimento internacional que têm o intuito de promover actividades científicas para jovens e iniciou o seu mestrado em *Nature and Forest Conservation* (Conservação da Natureza e da Floresta) na Universidade de Wageningen.

"O REINO DOS FUNGOS AINDA TEM MUITO PARA EXPLORAR. O REINO FUNGI É INCRIVEL! "

O Eduardo foi reconhecido este ano com o prémio "Alfred Toepfer Natural Heritage Scholarships", um prémio europeu de conservação da Natureza atribuído pela Federação Europarc, em cooperação com a Fundação Alfred Toepfer. Como foi o seu percurso até surgir este prémio?
O meu interesse por cogumelos acredito que tenha começado no prato, com o delicioso arroz de míscaros que a minha avó cozinhava quando era pequeno. O facto de ter crescido num ambiente perto de várias florestas e com bastantes cogumelos disponíveis sempre cativou o meu interesse para a diversidade de espécies. Quando entrei em Biologia na Universidade de Aveiro tive a oportunidade de acompanhar a Professora Rosa Pinho e a Lísia Lopes em algumas saídas de campo no Bussaco, como plantas não era o meu forte na altura, rapidamente comecei a estudar os cogumelos da Mata. Durante a minha licenciatura tive a oportunidade de realizar a minha pesquisa e estágio curricular em parceria com a Fundação Mata do Bussaco com o objectivo de caracterizar os macrofungos da Mata. O prémio da Federação Europarc foi-me atribuído por um projecto intitulado "Gathering fungi as tool of conservation" que irá ser realizado no Plitvice Lakes National Park na Croácia.

Descreva-nos em que consiste este seu trabalho?
O meu trabalho está relacionado com a implementação de estratégias de Biodiversidade da União Europeia em áreas protegidas na Europa. Os principais objectivos são monitorizar e mapear os macrofungos do Plitvice Lakes National Park com um forte aposta na sensibilização da população local para a importância dos macrofungos nos ecossistemas e estabelecer prioridades para a conservação de macrofungos com base na gestão florestal.

Durante o último ano da sua licenciatura realizou um projecto em parceria com a Fundação Mata do Bussaco em que consistia esse projecto?
O meu trabalho na Mata do Bussaco consistiu em caracterizar as comunidades macro fúngicas de diferentes habitats na Mata e tentar perceber quais as principais diferenças entre habitats. Após ter uma "lista" das espécies existentes em cada habitat é possível estudar o papel de cada espécie e identificar quais são benéficas, ou não, para cada habitat. Estas informações mais tarde podem ser usadas como ferramentas de gestão florestal no caso da Mata do Bussaco foi possível verificar que a presença da Erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*) e de *Acacia longifolia* afectam as comunidades macro fúngicas nos diversos habitats estudados.

Acha que o "reino dos fungos" está já bem explorado? Acha que a população em geral está informada acerca dos fungos e a sua importância?

O "reino dos fungos" ainda tem muito para explorar. O reino Fungi é incrivel! Os fungos podem crescer em quase todo o lado do mar à terra e até em seres vivos. É preciso relembrar que os macrofungos representam apenas uma pequena parte do reino Fungi que têm a capacidade de produzir frutificações as quais vulgarmente chamamos de cogumelos, a nível microscópico existem muitas outras coisas por descobrir. A população em geral reconhece a importância dos cogumelos como iguaria na gastronomia no entanto para além das suas funções nos ecossistemas os fungos também têm um papel importante na medicina, na ciência, na industria e na agricultura.

Os fungos estão ameaçados? Precisam de iniciativas de conservação?
É uma boa questão. Tal como as plantas e o animais que por várias vezes ouvimos dizer que estão ameaçados devido a perda de habitat, alterações climáticas entre outros, os fungos também são afectados por estas causas a diferença é que existem poucos estudos de abundância para quantificar o quão ameaçados os fungos estão. Para dar um exemplo na Lista Vermelha da IUCN existem apenas cinco espécies de fungos descritas, se tivermos em conta só os macrofungos apenas temos uma espécie e no entanto alguns autores estimam que existam cerca de 1,5 milhões de espécies no reino Fungi. Já são vários os países na Europa que possuem listas vermelhas um relatório da ECCF de 2007 estima que 10 a 20% dos macrofungos possam estar

ameaçados mas muitas destas listas hoje estão desactualizadas. Logo, ainda há muito trabalho pela frente certamente existem espécies de fungos em Portugal que estão ameaçadas sem o nosso conhecimento mas para podermos avançar com medidas concretas de conservação é preciso primeiro descrever o estatuto de conservação de cada espécie.

Paul Stamets é um micólogo americano famoso por apresentar 6 maneiras em como os fungos poderão salvar o mundo. Acha possível? Da investigação que tem feito já encontrou indícios disso?
Nem preciso de me focar na minha investigação, tendo em conta o aumento da população humana, as necessidades de recursos alimentares e a quantidade de resíduos que produzimos. Os fungos podem ser a solução para estas questões. Por exemplo aumentar a eficácia da nossa agricultura ou da produção de recursos florestais pode ser feita com base em relações simbióticas entre fungos e plantas. Na degradação de resíduos os fungos já provaram que não só conseguem degradar resíduos orgânicos como também podem ser usados para degradar plásticos e outros produtos provenientes da utilização de petróleo.

Têm surgido artigos impressionantes sobre fungos, fungos luminescentes, fungos gigantescos cujo micélio atravessa hectares de floresta. Na Mata do Buçaco ou em Portugal já foram identificados fungos "notáveis"?
Não tenho conhecimento da presença de fungos luminescentes em Portugal mas temos algumas espécies endémicas de fungos nas Ilhas da Madeira e dos Açores e em 2014 a bióloga Sofia Reboleira publicou quatro novas espécies de fungos que parasitam insectos e duas delas foram encontradas em Portugal são alguns exemplos de fungos "notáveis" recentemente identificados em Portugal. No que toca a cogumelos, os amantes da fotografia podem encontrar no Bussaco as espécies *Clathrus ruber* e *Geastrum fornicatum* que na minha opinião são dos cogumelos que mais gosto de fotografar porém nem sempre são fáceis de encontrar.

Eduardo Batista

Geastrum fornicatum

Eduardo Batista

Clathrus ruber

Lísia Lopes

Estudo dos cogumelos

A biodiversidade autóctone portuguesa é ameaçada pela entrada e proliferação de várias espécies invasoras. Normalmente ouve-se falar em plantas e animais como as mimosas e as vespas asiáticas, mas e os fungos? Também são ameaçados pela entrada de fungos do estrangeiro?
Existem poucos estudos sobre o impacto da "mobilidade" dos fungos entre fronteiras, sabemos que algumas espécies do género Amanita foram introduzidas em algumas regiões e agora têm carácter invasor. Também sabemos que alguns fungos têm a capacidade de inibir o crescimento de outros mas não se sabe muito sobre o impacto na diversidade de espécies. Uma questão que pode preocupar é a comercialização de espécies micorrízicas em zonas onde estas não ocorrem naturalmente. Para proprietários de grandes explorações com interesse nestes produtos micorrízicos seria importante a realização de estudos de impacto.

Os cogumelos, além de serem muito importantes ecologicamente, são ainda um valioso recurso das nossas florestas mas ainda pouco explorado no nosso país. Porque considera ser assim?
Sim, os cogumelos podem ser uma fonte de rendimento extra para os proprietários de terrenos florestais. Nos últimos anos em Portugal tem-se apostado muito na utilização de cogumelos silvestres no mercado gourmet e é uma aposta que pode e deve ser ainda mais reforçada no entanto é preciso formar a população para a apanha destes cogumelos. Todos os anos assistimos a casos de intoxicações por cogumelos e as espécies de cogumelos são facilmente confúndiveis.

Se por um lado os macro fungos são um potencial recurso para a valorização da nossa floresta autóctone, a sua exploração poderá também ser uma ameaça?
Claro que a exploração intensiva pode ser uma ameaça mas o impacto da exploração dos macro fungos pode ser reduzido se as pessoas tiverem em conta algumas boas práticas. Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto recomendo o "Manual de boas práticas de colheita e consumo de cogumelos silvestres" disponível online no portal do ICNF.

Este prémio que recebeu, no valor de três mil euros, financia trabalhos de investigação em áreas protegidas europeias em países que não o de residência do candidato. Já está a usufruir deste prémio? Como está a ser a experiência?
A minha investigação na Croácia só irá ser iniciada no início do ano de 2016 neste momento estou a realizar o meu mestrado em Conservação da Natureza e da Floresta na Universidade de Wageningen, na Holanda.

DIA NACIONAL DA ÁGUA 2015
ATRASOS PREOCUPANTES NAS MEDIDAS PARA ATINGIR OBJECTIVOS AMBIENTAIS DA DIRECTIVA QUADRO DA ÁGUA

Grupo de Trabalho da Água _ dQA

dQa

Dia Nacional da Água

No Dia Nacional da Água, que se celebrou no dia 1 de Outubro de 2015, início do novo ano hidrológico, a Quercus relembrou que ainda muito há a fazer para o cumprimento dos objectivos ambientais previstos na Directiva Quadro da Água, atendendo a que o primeiro ciclo de planeamento ficou aquém dos objectivos e que o segundo ciclo de planeamento, a iniciar em 2016, é a última oportunidade para recuperar o atraso e assegurar que as nossas massas de água atinjam um nível químico e ecológico adequado.

Quercus efectuou monitorização de vários rios e ribeiras

No âmbito do projecto "dQa – Cidadania para o Acompanhamento das Políticas Públicas da Água"[1] , a Quercus realizou, ao longo do último ano, uma campanha de monitorização da qualidade ecológica de sete rios e ribeiras portugueses – Ave, Agudim (conhecida por ribeira dos Milagres), Almonda, Alviela, Sizandro, Parreiras (conhecida por Ribeira da Laje) e Odelouca - incidindo em análises físico-químicas, de invertebrados bentónicos e da vegetação ripícola, segundo os parâmetros e critérios definidos na Lei da Água (Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, que transpôs para a legislação nacional a Directiva Quadro da Água).

De acordo com os resultados obtidos, nenhum dos cursos de água monitorizados possui boa qualidade ecológica, tendo a maioria obtido a classificação inferior a "bom", sendo os rios Almonda e Alviela os que apresentam pior classificação, com "mau" e "medíocre", respectivamente.

Relativamente à qualidade físico-química dos cursos de água analisados, verificam-se sobretudo concentrações elevadas de nutrientes (azoto e fósforo) e cargas orgânicas (CBO_5), associadas sobretudo a más práticas agrícolas com uso excessivo de fertilizantes e a descargas poluentes com origem urbana e/ou industrial.

Em relação aos habitats ripícolas, verifica-se um panorama que é transversal a todos os cursos de água, observando-se uma forte pressão devida à ocupação agrícola, à expansão descontrolada de espécies exóticas invasoras e à artificialização dos leitos e das margens nas zonas urbanas. Esta situação revela que ainda é pouca a sensibilidade para a importância destes ecossistemas, mesmo por parte dos municípios.

As conclusões desta monitorização apontam para falhas na implementação de medidas já preconizadas no anterior ciclo de planeamento (Planos de Gestão de Região Hidrográfica 2009-2015), que agora termina, e para um atraso no cumprimento dos objectivos ambientais que obrigam à prorrogação dos mesmos para o 2º ciclo de planeamento (2016-2021). Verificam-se atrasos preocupantes na monitorização das massas de água e na implementação de medidas por parte das entidades competentes para a obtenção de um estado ecológico favorável.

Portugal corre risco de não cumprimento de objectivos ambientais

A Directiva Quadro da Água (DQA) define três ciclos de planeamento: 2009-2015, 2016-2021 e 2022-2027. Tendo em conta os objectivos ambientais para 2027 (prazo limite) de atingir o "bom estado/potencial ecológico" de todas as massas de água, a Quercus considera que este 2º ciclo, com início em 2016, é determinante para recuperar os incompreensíveis atrasos gerados durante o 1º ciclo, evitar a prorrogação dos objectivos para o 3º ciclo e garantir, assim, o seu cumprimento em 2027.

Uma decisão recente do Tribunal Europeu de Justiça (Acórdão do processo C-461/13, de 1 de Julho de 2015)[2] considera que a deterioração de uma massa de água ocorre "a partir do momento em que o estado de, pelo menos, um dos elementos de qualidade, na acepção do anexo V desta directiva [DQA], se degradar uma classe, mesmo que essa degradação não se traduza numa degradação da classificação da massa de águas de superfície no seu conjunto". Esta decisão implica uma maior exigência nos critérios de classificação da qualidade das massas de água, o que traz um desafio acrescido à Administração Pública para o cumprimento dos objectivos ambientais.

De salientar que uma nova prorrogação dos objectivos ambientais significará uma concentração do esforço, em termos de recursos humanos e financeiros, no último ciclo, o que, tendo em consideração a frágil conjuntura sócio-económica do País e os cenários de crescimento previstos para os próximos anos, constitui um risco inaceitável de, no final do 3º ciclo, ter que se solicitar derrogações junto da Comissão Europeia. A justificação do não cumprimento dos objectivos ambientais requerida pela CE é muito exigente e Portugal corre o risco de sofrer sanções por não cumprimento da legislação ambiental europeia.

Quercus sugere a adopção de algumas medidas urgentes

Para assegurar o cumprimento dos objectivos ambientais, a Quercus apela à alteração da actuação das entidades competentes, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Inspecção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT). Concretamente recomenda-se:

- Aumento da fiscalização por parte destas entidades;
- Eficácia na aplicação de sanções e suspensão ou cancelamento de licenças de descarga, sempre que se verifiquem situações de incumprimento sistemático;
- Obrigação de comunicação prévia das empresas sobre a realização do autocontrolo com um mínimo de 5 dias de antecedência para prevenir irregularidades no processo de amostragem.

Estas alterações terão um efeito positivo na diminuição dos focos de poluição existentes e podem contribuir significativamente para a resolução dos problemas ambientais dos nossos rios.

É também urgente a alteração ao regime de actuação do Serviço de Protecção da Natureza da GNR (SEPNA). A Quercus lamenta que a legislação em vigor não permita que o SEPNA desempenhe um papel decisivo em matéria de fiscalização, já que apenas pode colaborar nas acções de fiscalização efectuadas pela APA/ARHs e pela IGAMAOT, segundo o artigo 90.º da Lei da Água. Trata-se de uma situação de contornos caricatos, desconhecida da população, que coloca em causa o próprio serviço prestado pela linha SOS Ambiente e Território (808 200 520). O que acontece neste momento é que, nos casos de poluição da água, os cidadãos reportam as suas denúncias, o SEPNA desloca-se ao local, recolhe as amostras de água e, invariavelmente, todo o processo fica gorado por falta de validade jurídica da amostra recolhida. De salientar que aqui reside uma das explicações para o facto de continuarmos a assistir a situações recorrentes de grande impunidade, que geram mesmo concorrência desleal, nomeadamente ao nível de algumas indústrias e de agro-pecuárias.

Importa pois encontrar uma solução legislativa que possa conferir ao SEPNA a competência de fiscalização em matéria de qualidade da água, alteração que deve ser acompanhada por uma formação adequada dos seus operacionais por parte da APA. É também necessário e urgente capacitar mais a própria APA em matéria de recursos humanos, nomeadamente através da certificação de mais técnicos para a recolha de amostras.

Planos de Gestão de Região Hidrográfica em consulta pública

Neste momento, encontram-se em fase de Consulta Pública, até meados de Dezembro de 2015, os **Planos de Gestão de Região Hidrográfica** que definem as acções a implementar em cada massa de água do país durante o 2º ciclo. Nesta fase, é de grande importância a contribuição da população e de todas as partes interessadas. A Quercus apela à participação activa dos cidadãos e informa que a consulta dos documentos e o envio dos contributos pode ser realizado através do Portal Participa em **www.participa.pt.**

[1]A Quercus encontra-se a desenvolver o projecto "dQa – Cidadania para o Acompanhamento das Políticas Públicas da Água", em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e apoiado pelo Programa Cidadania Activa – EEA Grants, financiado pela Noruega, Islândia e Liechtenstein e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian. O projecto dQa visa criar ferramentas para auxiliar os cidadãos a participar activamente nas questões relacionadas com a gestão da água, procurando o cumprimento da Directiva Quadro da Água e da Directiva relativa ao Tratamento de Águas Residuais.

[2]http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?language=en&jur=C,T,F&num=C-461/13&td=ALL

PROJETO SUPPLY CHAINGE
JOVEM PORTUGUESA VENCE O CONCURSO EUROPEU FOODVISION

2015 Ano Europeu do Desenvolvimento

Decorreu entre os meses de abril e de setembro de 2015 em toda a Europa o Concurso FoodVision, iniciativa que procurou mobilizar os cidadãos europeus no sentido de apelarem a uma alimentação sustentável, através da fotografia. As imagens e a frase que as devia acompanhar foram colocadas num site da internet, onde as pessoas podiam atribuir várias estrelas a cada fotografia. No final, de entre as 20 fotografias mais votadas, um júri internacional pontuou as melhores, em termos artísticos e de mensagem. A Quercus promoveu ativamente o concurso, inserido no projeto Supply Chainge e apelou à votação, através de uma forte campanha no Facebook, tendo obtido cerca de 180.000 visualizações e mais de 5500 cliques no website do concurso.
Os prémios nacionais do concurso foram atribuídos no jantar comemorativo dos 30 anos da Quercus, que se realizou a 31 de outubro na Quinta do Paço em Vila Real e onde tiveram oportunidade de estar presentes os três concorrentes portugueses mais votados. O Prémio Europeu, uma viagem a Itália para duas pessoas, foi atribuído em cerimónia que teve lugar na Expo Milão, exposição mundial dedicada ao tema Alimentação.

Uma vencedora portuguesa
A fotografia intitulada "I Care" foi a grande vencedora deste concurso internacional. A autora, Catarinha Marinho, é uma jovem de 17 anos, residente na Lourinhã e estudante do 11º ano, ramo de Economia, na Escola Secundária Pedro Nunes em Lisboa. É uma entusiasta da fotografia e muito empenhada em atividades ambientais, tendo impulsionado a iniciativa GreenSchools na sua própria escola. A Catarina tinha já participado e sido premiada num outro concurso promovido pela Quercus, o AKA – Ideias ambientais, com a proposta "Embaixadores da Fruta". Parabéns, Catarina!

Catarina Marinho

I Care - foto vencedora do concurso

Supply Chainge promove workshop sobre projetos de Sustentabilidade Alimentar
Realizou-se a 15 de setembro, numa sala de formação do Instituto da Juventude e em parceria com a Oikos, o workshop Projetos de Sustentabilidade Alimentar – Sinergias e processos colaborativos entre ONG. O objetivo principal deste encontro foi dar a conhecer a campanha Supply Chainge, bem como o trabalho em curso sobre a Pegada Ecológica dos Alimentos, e permitir que outras ONG dessem também a conhecer os seus projetos na área da sustentabilidade alimentar, discutindo eventuais pontos de contacto e potencial colaboração. Estiveram presentes colaboradores da Quercus, Oikos, Instituto Marquês de Valle Flôr, Geota, Agrobio, Engenho e Obra, e uma investigadora do ISCTE. O workshop cumpriu os objetivos propostos e a Quercus entretanto realizou um Minuto Verde sobre a campanha Fruta Tropical Justa, promovida em Portugal pelo Instituto Marquês de Valle Flor, e irá representar a associação na feira Terra Sã, promovida pela Agrobio, prevendo-se outras formas de colaboração no futuro.

A.D.

Catarina Marinho

Lopo de Almeida

Workshop

Supply Chainge - Lançada petição sobre sumo de laranja sustentável
Na União Europeia, o consumidor médio bebe 11 litros de sumo de laranja por ano, o que faz com que este seja o sumo preferido pelos europeus. 80% de todo o sumo de laranja vendido na Europa é produzido no Brasil e 66% desse sumo é vendido com marcas próprias dos supermercados. Isto significa que o papel dos retalhistas é vital. Contudo, a riqueza gerada por este consumo em larga escala não beneficia todos os envolvidos ao longo da cadeia de abastecimento. Os trabalhadores agrícolas nos países do hemisfério sul fazem um trabalho fisicamente muito exigente em troca de salários demasiado baixos para poderem viver com dignidade, enquanto a produção de sumo de laranja é também altamente destrutiva para o ambiente, por ser marcada pelo uso excessivo de pesticidas.

Esta situação é o resultado da falta de diligências por parte dos supermercados europeus, os principais atores na cadeia de abastecimento do sumo de laranja. Por isso esta petição é dirigida aos retalhistas e exige um conjunto de medidas concretas que os mesmos podem tomar. Subscreva a petição em **www.supplychainge.org**

Sandra Pusch Silva

Laranjas numa plantação em São Paulo

Acerca do Supply Chainge
Supply Chainge é uma campanha internacional financiada pela União Europeia, promovida por 28 parceiros e que visa pressionar os supermercados, os governos nacionais e a própria União Europeia para melhorar as condições de trabalho nos países do Sul e para reduzir os danos ambientais ao longo da cadeia de fornecimento. **www.supplychainge.org**

QUERCUS PREOCUPADA COM A INFESTAÇÃO DE JACINTOS DE ÁGUA NO ESTUÁRIO DO RIO CÁVADO
PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE

Direcção Nacional

A Quercus está preocupada com a grande quantidade de jacintos de água que está a invadir as margens do rio Cávado. Esta não é a primeira vez que este rio é atacado por esta espécie, o que se traduz em graves consequências para a qualidade da água e para a flora e fauna local.

Os jacintos de água são caracterizados por apresentarem um crescimento rápido quando se reúnem as condições adequadas e podem até duplicar a sua população em poucos dias. Outra das características que favorecem a invasão é a facilidade como se reproduzem quer por via vegetativa quer por via seminal.

Esta planta não é autóctone, sendo originária da América do Sul e foi introduzida na Europa por questões ornamentais tendo aparecido em Portugal nos anos 30. A sua beleza escondia os seus malefícios, e prova disso é a sua larga proliferação no rio Cávado, que compromete a sobrevivência da restante flora e fauna.

Estas plantas invasoras criam uma forma de tapete que muitas vezes cobre totalmente a superfície da água. Esse tapete faz com que a luz incidente seja reduzida, diminuindo assim a qualidade da vida aquática, levando em muitos casos à eutrofização.

Para além do impacte no ecossistema, causam ainda impedimento à navegação e o entupimento de canais, dificultando o uso piscícola e recreativo do rio.

A invasão no rio pode ser justificada pelo calor que se fez sentir nestes últimos meses, pois permitiu que as condições ideias de crescimento se proporcionassem, e daí a planta se ter desenvolvido de forma tão eficaz e rápida.

A Quercus lembra que o controlo de espécies exóticas invasoras, como o jacinto de água, exige uma gestão bem planeada, onde se inclua a determinação da área invadida, a avaliação dos impactes e a definição das prioridades de intervenção. A contínua monitorização é fundamental, de forma a verificar a eficácia e a recuperação da área intervencionada.

Ted Center

Jacintos-de-água

Assim, a Quercus solicita ao Ministério do Ambiente e ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas que preceda a ações de combate continuadas para a erradicação desta infestante.

QUER TOON

MIGRANTES

Quertoon Network, desenho de **Paulo Guerreiro**

MICROSCÓPIO

Eng.º Pedro Cortes

A REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM E OS SEUS MÚLTIPLOS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

SustForest - uma abordagem inovadora da resinagem

A reactivação da resinagem poderá tornar-se numa ferramenta territorial de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) muito eficiente no contexto territorial actual – foi uma conclusão do projecto que serve de base a este artigo, SustForest (www sust-forest.eu), apoiado pelo Interreg SUDOE IVB.

Desde há quase 100 anos que Portugal ocupa uma posição cimeira na produção mundial das resinas naturais, só que enquanto até cerca de 1980 a produção nacional se baseava na resinagem dos nossos pinhais, desde então passou a basear-se na importação (China, Brasil, outros) de matéria prima mais barata. - a área resinada nacional ocupa hoje pouco mais de 15.000 ha contra os cerca de 200.000 ha de meados do século XX.

A quebra do preço, a subida do custo da mão de obra e o aumento do risco de incêndio explicam que a rentabilidade privada da resinagem em Portugal seja hoje muito baixa – com cerca de 500 resineiros sobreviventes - sendo uma actividade incapaz de incorporar jovens e de crescer, que se encontra em "vias de extinção".

A extinção da resinagem teria de ser aceite como inevitável, se realmente fosse uma actividade sem viabilidade económica. Mas o que se passa é que para além da produção de resina que o mercado paga, a resinagem gera um conjunto de bens públicos, sobretudo em termos de defesa contra incêndios, que o mercado não pode pagar, mas que tudo aponta para que tenham um valor económico bem mais alto do que o valor a pagar pelo Estado para viabilizar e expandir a actividade.

Foi a esta questão que o SustForest procurou responder - até que ponto é possível o Estado corrigir essa falha de mercado, incorporando nas políticas de Desenvolvimento Rural um apoio efectivo que chegue aos resineiros e proprietários florestais, que os leve a expandir a actividade.

Resinagem – uma ferramenta territorial de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

A prática tem mostrado que os ecossistemas europeus mediterrânicos precisam dum mínimo de gestão e de intervenção humana, abaixo da qual colapsam e entram em processos de ciclos de incêndio catastróficos que rapidamente conduzem a perdas irreversíveis do património natural (solo, biodiversidade etc.).

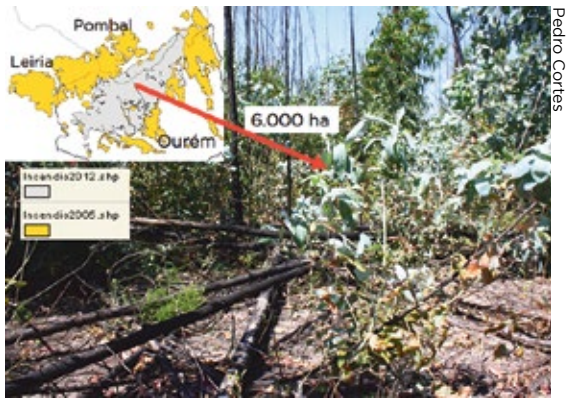
Em cerca de 2/3 do território continental (Norte e Centro essencialmente), a complexa estrutura minifundiária terá bloqueado a adaptação dos sistemas agroflorestais privados à nova realidade socioeconómica, o que levou nos últimos 50 anos a uma drástica desactivação destes sistemas e à consequente instalação da problemática dos incêndios, associada a uma redução da área agrícola activa e do pinhal, e ao aumento dos incultos e do eucaliptal.

O declínio do pinheiro-bravo e a expansão do eucalipto resulta da maior rentabilidade privada desta última espécie e do seu mais curto período de retorno. No entanto, numa fase extrema de processo de abandono até o eucalipto pode deixar de ser rentável - no SustForest foram estudados os grandes incêndios que ocorreram no norte do concelho de Ourém em 2012 (numa antiga mancha de pinhal e eucaliptal que já tinha ardido em 2005). Esta área com cerca de 6.000 ha poderá ser considerada bem representativa duma fase extrema do processo de abandono, a que as cerca de 2/3 partes do continente ou já chegaram, ou que poderão chegar, dentro de pouco tempo.

Passados apenas 3 anos após esse grande incêndio, constata-se uma ruptura económica ecológica e social: expansão descontrolada de vegetação dominada quase em absoluto por eucaliptal em grande parte seminaturalizado e não produtivo, taxas de erosão elevadíssimas, destruição das linhas de água e da estrutura ecológica, perigo de incêndio agravado, maiores custos de gestão do território, perspectivas de mais abandono. Trata-se duma situação que não pode interessar a ninguém: indústrias florestais (menos matéria prima), autarquias (custos acrescidos na manutenção de caminhos e linhas de água, mais insegurança civil, mais dificuldade em atrair/fixar população); proprietários (terrenos desvalorizados), sociedade em geral (diminuição do PIB, perda da biodiversidade, menor qualidade paisagística, diminuição de sequestro de carbono,).

Neste contexto surge a importância da reactivação da resinagem: de facto um pinhal resinado obriga a uma intensa presença humana durante o Verão (Maio a Outubro) para as operações de renova e recolha da resina feitas "individualmente em cada pinheiro" com intervalos de 2-3 semanas, o que, feitas as contas, leva a uma presença humana na floresta durante o Verão cerca de 70 vezes mais alta que no caso do eucaliptal ou do que no caso dum pinhal não resinado.

Verifica-se que o resineiro, para além de cuidar da área resinada, acaba por conhecer e controlar muito bem o que se passa numa vasta área agroflorestal envolvente - por cada 100 ha resinados controlará facilmente 1 500 ha envolventes. Isto poderá colmatar algumas das fragilidades territoriais que as políticas DFCI procuram resolver como seja: a vigilância dissuasória, detecção, conhecimento e monitorização do estado dos caminhos florestais, controlo da carga combustível, informação local em caso de incêndio (pontos de água. sítios críticos, caminhos melhores, etc.), apuramento das causas (suspeitos da ignição), apagar focos de incêndio nascentes, etc. Tudo isto um resineiro se incorporado num sistema municipal DFCI, poderá fazer de maneira muito eficiente, porque melhor que ninguém conhece o seu território e mais do que ninguém quer defender dos incêndios o seu investimento e o seu emprego.



Pedro Cortes

Fase extrema do processo de abandono/ciclo de incêndios. Aspecto da vegetação nos cerca de 6 000 ha que em 2012 arderam no norte do concelho de Ourém: em apenas 2 anos a carga combustível já recuperou para um nível máximo de perigosidade. Aos sistemas agroflorestais produtivos baseados no pinhal de há cerca de 50 anos sucedeu uma vegetação dominada por eucaliptal em parte seminaturalizado maioritariamente não produtivo.

Pedro Cortes

Não há nenhuma actividade florestal que durante o Verão leve a uma presença humana na floresta tão frequente e tão cuidadosa como a resinagem. Nesta imagem a recolha da resina, é uma operação feita cerca de um vez por mês em cada pinheiro quando os púcaros estão cheios, para além disso é feita a renova da ferida em cada pinheiro cerca de 2-3 vezes por mês.

Nuno Madeira

Exemplo da biodiversidade florística dos ecossistemas promovidos pela resinagem - Drosophyllum lusitanicum planta carnívora que atrai pequenos insectos que ficam colados nas glândulas sendo depois digeridos. É uma espécie pouco frequente e que é favorecida pela gestão dos matos associada à resinagem

Um apoio à resinagem no PDR 2020, poderá ser a última oportunidade para reactivar a resinagem com escala territorial relevante

O contributo da resinagem, no caso de Espanha (Castilla Leon), é utilizado desde há 20 anos, com um pagamento aos resineiros para integração no sistema DFCI regional. No caso português este apoio nunca existiu, mas no SustForest foi estudada uma proposta de apoio para o PDR (Programa de Desenvolvimento Rural). Esta Proposta foi apresentada formalmente ao Governo pela Resipinus (Associação de Resineiros e Indústria da Primeira Transformação) em Março de 2014, mas não chegou a ser incluída no PDR, havendo a possibilidade de o vir a ser na próxima reprogramação.

Deverá também destacar-se que o contributo da reactivação da resinagem se traduz noutros níveis de interesse público:

- Criação de emprego em zonas marginais onde é muito difícil criar emprego –10.000 postos de trabalho directos potenciais;
- Fixação do carbono – quer pela redução de incêndios quer pelas resinas naturais poderem substituir o petróleo em inúmeras aplicações
- Contributo significativo para o aumento do PIB e melhoria da balança comercial - por diminuição da importação de matéria-prima, e pelo autoabastecimento eliminar a imprevisibilidade e dependência das importações, e assim alavancar as exportações
- Promoção da biodiversidade florística e faunística – à semelhança do sistema de montado, também nos pinhais resinados o controlo selectivo da vegetação rasteira aumenta extraordinariamente os índices de biodiversidade faunística e florística.
- Conservação da paisagem pelo potencial de gestão do território que a resinagem tem associado.

Perante tudo isto vale a pena perguntar se não valerá a pena salvar a resinagem nacional da extinção – é que se não for aproveitado este PDR até 2020, talvez se perca a última oportunidade para o fazer ainda com escala territorial relevante, de facto nada nos garante que depois de 2020 ainda exista pinhal adulto e resineiros suficientes.

TEMA EM DESTAQUE

Vera Santos _Secretária Executiva FSC Potugal

FLORESTA. SUSTENTABILIDADE. CERTIFICAÇÃO.

O Forest Stewardship Council® (FSC®) sempre considerou que os factores ambientais, económicos e sociais são igualmente importantes, ou seja, os interesses pessoais e económicos devem estar interligados com os da vida vegetal e animal e todas as partes devem ser consideradas de igual forma.

Foi exactamente neste contexto que o FSC surgiu. E é exactamente por isso que o FSC tem a sua própria visão para o que considera ser sustentável, bem como para uma gestão florestal responsável, estando bem posicionado para proporcionar uma ligação coerente entre os espaços florestais e os consumidores no mundo inteiro, promovendo, para tal, um diálogo constante entre todos (empresas, governos, ONG, cidadãos, etc.).

Assim, na sua busca pela sustentabilidade dos espaços florestais, o FSC procura que as espécies, os habitats e os recursos naturais não sejam colocados em risco, dando, ao mesmo tempo, a possibilidade das pessoas atingirem um desenvolvimento social e económico adequado.

Actualmente, os desafios colocados perante qualquer actividade económica são de uma complexidade muito elevada. Abrangem adaptações a alterações de carácter socioeconómico, a alterações climáticas e a alterações de mercado, num contexto crescente de exigência, de responsabilização e de globalização. Parece, por isso, consensual considerar que abordagens tradicionais não permitem assegurar a competitividade nem garantir a criação de valor para o futuro, questão particularmente relevante para o Sector Florestal e para as empresas que usam produtos de base florestal.

A procura de produtos de origem florestal certificada tem vindo a crescer nos mercados internacionais, pelo que a opção pela certificação tem sido o instrumento de excelência que permite garantir à indústria florestal nacional, de cariz fortemente exportador, vantagens competitivas num mercado global. Algumas estimativas sugerem que os pagamentos por produtos com origem em florestas certificadas podem aumentar dos 15 mil milhões de dólares americanos em 2010, para cerca de 50 mil milhões, em 2050 (Visão 2050, WBCSD).

A certificação florestal FSC promove o envolvimento integrado de todos os agentes na gestão responsável das florestas, nas suas diferentes perspectivas – empresas, fornecedores, clientes, produtores e consumidores.

Ao comprar produtos de origem florestal (madeira, papel, cortiça, embalagens, etc.) com a certificação e respectiva marca FSC, o consumidor tem garantias quanto à origem e quanto à gestão praticada, que salvaguardou as funções económicas, ambientais e sociais das áreas florestais. A garantia dada pela certificação FSC é assim promotora de uma escolha consciente e informada por parte dos consumidores de produtos de origem florestal.

De forma adicional, mas igualmente importante, a certificação FSC permite demonstrar perante a sociedade que as florestas são geridas de uma forma ambientalmente correcta, socialmente benéfica e economicamente viável. Efectivamente, políticas de compras públicas, compromissos institucionais nas áreas da responsabilidade ambiental e social, entre outros, são alguns exemplos dos requisitos de mercado e da necessidade de estabelecer uma relação de confiança com o consumidor.

Os proprietários e/ou responsáveis pela gestão florestal poderão beneficiar da certificação da gestão florestal FSC de várias formas, uma vez que esta facilita o acesso a um mercado cada vez mais exigente, podendo em alguns casos possibilitar um preço diferenciado para os produtos. Além disso, consiste numa ferramenta que permite evidenciar perante grupos de interesse – accionistas, comunidades locais, ONG – que as florestas são geridas de uma forma responsável.

Se o objectivo for certificar um produto de origem florestal, além da gestão florestal, então será também necessário implementar a certificação da cadeia de custódia. Esta certificação consiste na verificação da rastreabilidade da matéria-prima de base florestal em todas as etapas de transformação do produto até chegar ao consumidor final. Assim, abrange qualquer organização que processe, transforme e/ou comercialize produtos florestais, como por exemplo, serrações, carpintarias, fábricas de painéis derivados de madeira, fábricas de pasta e papel, gráficas, etc.. Este processo valoriza também a utilização de materiais reciclados, que tenham já terminado a sua vida útil de serviço e sejam reintegrados como matéria-prima.

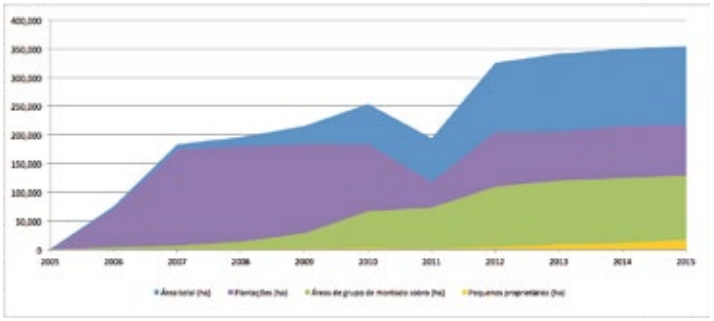
Evolução da certificação da gestão florestal, em termos de área e número de certificados, desde o início da actividade do FSC Portugal até à actualidade

Apesar das várias iniciativas de certificação florestal em Portugal estarem a decorrer há já alguns anos, o FSC Portugal considera que a limitação na capacidade da oferta de matéria-prima certificada tem sido o elemento condicionante para um crescimento mais interessante do sector florestal no acesso a alguns mercados internacionais, mais sofisticados e mais exigentes das suas escolhas. Considerando que cerca de 92% da área florestal em Portugal é privada e que esta se encontra distribuída por mais de 400 mil proprietários florestais (mais de 6,5 milhões de propriedades), um dos maiores desafios para os próximos anos será incentivar a certificação FSC nas áreas de minifúndio – o pilar para o sucesso da implantação da certificação florestal FSC, em Portugal.

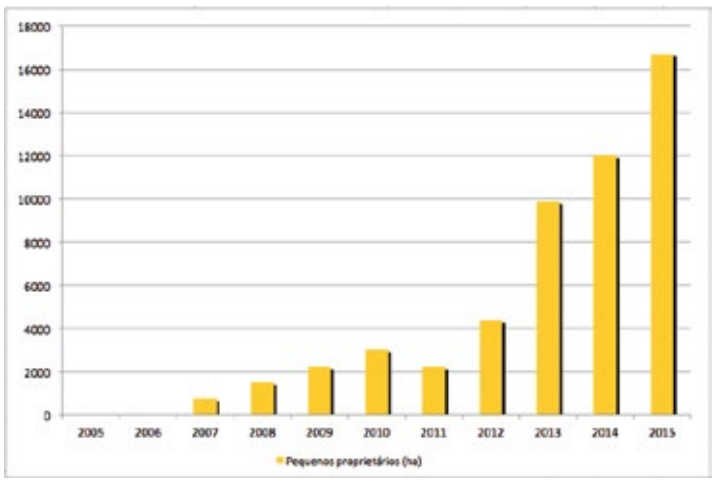
FSC ultrapassa os 10% da área florestal em Portugal

Apesar das adversas circunstâncias socioeconómicas que Portugal tem vivido, o FSC presta-se a fechar mais um ano com um balanço positivo no que respeita a certificação florestal.

O acréscimo, em 2012, de cerca de 30 mil hectares permitiu que a área florestal certificada pelo FSC ultrapassasse a meta dos 10% da área florestal nacional, graças ao contributo de área certificada dos grupos de certificação com áreas de montado de sobro. Desde 2013, a área certificada pelo FSC mantém a tendência de crescimento, apesar de em menor percentagem (33% em 2012 versus 5% em 2015), destacando-se o crescimento das áreas dos grupos de pequenos proprietários com plantações de eucalipto e pinho.



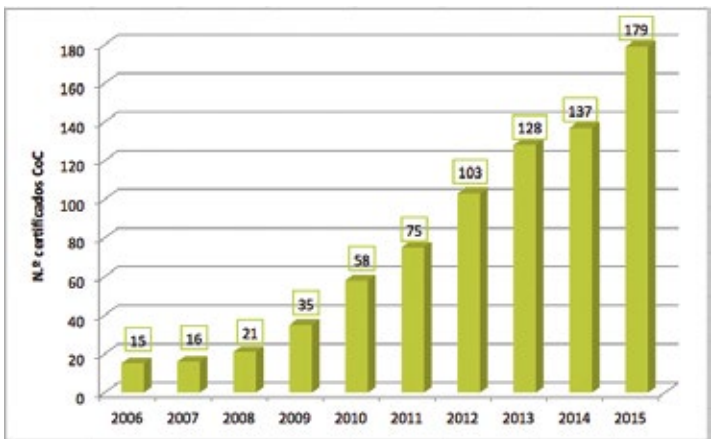
Evolução da área florestal certificada por categoria



Evolução da área florestal certificada gerida por grupos de pequenos proprietários

"Também no que se refere à cadeia de custódia, 2015 tem sido um ano interessante!"

O FSC Portugal considera que também no caso da evolução do número de certificados de cadeia de custódia o ano de 2015 manteve uma dinâmica positiva, mantendo a tendência de crescimento da certificação FSC nas indústrias de base florestal. A taxa média de crescimento mantém-se nos 20% (média dos últimos 3 anos). Em Novembro de 2015, existem 180 certificados FSC de cadeia de custódia, que correspondem a 389 sites.



Evolução do número de certificados de cadeia de custódia, de 2006 até Novembro de 2015

O que é a Certificação FSC?

A certificação é uma garantia escrita, dada por uma entidade independente que comprova que um produto ou sistema de gestão está conforme as exigências definidas segundo normas ou especificações técnicas, sendo uma opção voluntária.

O objetivo da Certificação Florestal FSC é promover uma gestão responsável, salvaguardando as funções económicas, ambientais e sociais das áreas florestais. É um processo que permite verificar, de forma independente e credível, que uma área florestal é gerida de acordo com normativos nacionais e internacionais reconhecidos, que compreendem requisitos técnicos, económicos, ambientais e sociais para uma gestão florestal responsável.

O Forest Stewardship Council® (FSC®) é uma associação não-governamental, internacional e independente, com sede em Bona (Alemanha), cujo principal objectivo é assegurar que as florestas do mundo inteiro são geridas de acordo com reconhecidos critérios ambientais, económicos e sociais e que satisfazem as necessidades da geração actual, sem comprometer as das próximas gerações.

O FSC define referenciais normativos internacionais, especificando ainda os critérios para a acreditação de entidades certificadoras, que desejem levar a cabo processos de Certificação Florestal FSC. É também responsável pela monitorização e controlo da utilização da marca FSC. Sendo um esquema de certificação florestal internacional, para efeitos de representação local, a solução adoptada pelo FSC consubstancia-se na figura dos Parceiros Nacionais. Acompanhando a evolução do FSC nacionalmente, os Parceiros Nacionais FSC, evoluem da figura de Ponto Focal, para Representante Nacional e finalmente para Escritório Nacional.

Desde 2006 que Portugal dispunha da figura de Pessoa de Contacto FSC e, em finais de 2007, os principais agentes do sector florestal Português juntaram esforços e constituíram a **Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR),** uma associação sem fins lucrativos, criada com a função de representar o esquema de Certificação Florestal FSC em território nacional. A AGFR recebeu o reconhecimento como Escritório Nacional em Julho de 2010, passando a poder utilizar a designação FSC Portugal.

Contactos:
FSC Portugal – Associação para uma Gestão Florestal Responsável
Rua Mestre Lima de Freitas, n.º 1
1549-012 Lisboa ::: Portugal
Tlf. +351 217 100 014
Fax +351 217 100 037
E-mail **geral@pt.fsc.org**
Skype **fsc.portugal**
www.pt.fsc.org

Alguns números do FSC (dados de Novembro de 2015)
- Presente em 113 países
- 184 milhões de hectares de floresta certificada
  - o *357.097 ha em Portugal*
- 1.365 certificados de Gestão Florestal
  - o *22 em Portugal*
- 29.709 certificados de Cadeia de Custódia
  - o *180 em Portugal*

"Estamos orgulhosos do que foi alcançado nos últimos 20 anos. O caminho percorrido foi longo, mas será necessário ir mais longe. Porque as florestas do mundo inteiro precisam do nosso esforço."

Estas foram as palavras de Kim Carstensen, Director Geral do Forest Stewardship Council no início da celebração oficial do aniversário da organização, na Assembleia Geral realizada em Sevilha, em Setembro do ano passado.

Após 20 anos de existência, o FSC é o esquema de certificação mais importante em termos mundiais, tanto pela reconhecida solidez dos seus critérios de certificação, como pelo número de organizações e empresas envolvidas no sistema: mais de 180 milhões de hectares estão certificados pelo FSC e o marco dos 30.000 certificados será ultrapassado ainda este ano. Garantindo a equidade de acesso, a organização tem vindo a desenvolver diversas iniciativas que asseguram a certificação de áreas de minifúndio, trabalhando actualmente com cerca de 150 mil pequenos proprietários no mundo inteiro.

Os 10 Princípios e Critérios FSC para uma Gestão Florestal Responsável
1. Obediência às Leis e aos Princípios do FSC
2. Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra
3. Direitos dos Povos Indígenas (não aplicável a Portugal)
4. Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores
5. Benefícios da Floresta
6. Impacto Ambiental
7. Plano de Gestão
8. Monitorização e Avaliação
9. Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação
10. Plantações

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Diogo Cunha Vieira Lisboa

No dia 16 de Agosto realizou-se uma atividade na Serra de Montejunto, envolvendo o CRASM, os " Amigos do Espeleo Club de Torres Vedras" e o Núcleo de Lisboa.
Esteve um dia cinzento e com chuviscos, o que se veio a revelar bom para uma caminhada pedestre com cerca de 5 km durante a manhã. A concentração dos participantes deu-se a partir das 9:00 da manhã na zona das Fontainhas. Cerca de 45 pessoas, depois de ouvirem os conselhos acerca do "Briefing de Segurança" começaram a sua caminhada.
De realçar as baixas temperaturas para um dia de Agosto, o que só por si foi um factor positivo, para se ter um andamento mais acelerado pelo grupo de participantes. Visitaram-se várias pequenas grutas nas zonas das Fontainhas, em que apenas as crianças conseguiram lá entrar... Pelo caminho pedestre, desde uma teia de aranha gigante, passando por vários rastos de javalis feitos uns dias antes, até ao observar de um casal de águias-de-asa-redonda tudo foi fotografado e comentado pelos caminhantes. Os guias que estavam presentes e pertencentes ao grupo dos "Amigos do Espeleo Club de Torres Vedras", são pessoas que conhecem como a palma da mão a Serra de Montejunto, as suas grutas e os seus mistérios, e isso revelou-se importante, pois os seus conhecimentos gerais de fauna, flora e especialmente de espeleologia foram evidentes para os caminhantes ficarem com uma imagem bastante positiva da própria Serra de Montejunto e da importância de vir a ser mais bem preservada no futuro. Foi-se observando e passando por zonas de pinheiro-bravo e mansos, carvalhos-cerquinhos, castanheiros, sobreiros e por áreas infelizmente já com uma forte presença do Eucalipto. Aliás este foi um tema de conversa acerca da nova lei elaborada pelo atual Governo, que é bastante favorável à plantação dos eucaliptos em grande escala em território nacional. De realçar também a presença de plantas e ervas aromáticas, que a nossa colega Alexandra Azevedo teve a paciência de ir dando explicações à curiosidade dos participantes. No final da manhã visitou-se uma gruta com o nome de "Buraco Mineiro". Umas escadas em ferro ajudavam a descer para o interior da gruta, onde todos os participantes se aperceberam de uma temperatura amena dentro da própria gruta. Ali a informação de matéria espeleológica foi bem relatada. Acerca desta gruta, fomos informados que tem registos humanos desde os tempos do Homem de Neandertal, até ao século XX. Raramente foi habitada e foi sempre um local mais de abrigo de caçadores, agricultores e recolectores ao longo dos séculos.
De seguida fomos todos almoçar a um edifício rural nas Fontainhas. O almoço foi muito bem servido tendo desde pratos vegetarianos, até aos pratos de comida tradicional. Depois do almoço e de recuperadas as energias gastas pela caminhada da manhã, realizou-se a libertação de algumas aves de rapina, nomeadamente de duas águias-de-asa-redonda e de três peneireiros-comuns. Foi um momento de emoção e de alegria para os verdadeiros "amigos da natureza ". Durante a tarde seguimos todos para a célebre "Gruta do Javali". A maioria dos participantes através do material de segurança dos "Amigos do Espeleo Club" foi descendo pela gruta e depois fez uma caminhada por dentro da própria gruta. As descidas e subidas na gruta foram as situações um pouco mais complicadas, mas acabou tudo por correr pelo melhor. Ao final do dia o momento mais marcante desta atividade foi a libertação de dois bufos-reais em plena Serra de Montejunto. Um momento especial que ficará para sempre na memória de todos os participantes. Em conversa no local com um técnico do ICNB presente, foi-me relatado que o n.º de casais de bufos-reais tem vindo aumentar no território português, nomeadamente no Litoral da Costa Atlântica, em regiões da zona da nossa Estremadura e em pleno Ribatejo.
O Núcleo de Lisboa na minha pessoa, quer agradecer o apoio dado pelo pessoal da J.F. do Vilar, dos "Amigos do Espeleo Club de T.Vedras", pelo pessoal do CRASM e em especial da Filomena Barros. Bem hajam!

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

No passado mês de Setembro foi anunciado o vencedor do Desafio Fotográfico "À volta do Noéme" (César Jesus). Será realizada uma exposição com as fotografias que concorreram. Este desafio teve por objectivo retratar a poluição dos rios Diz e Noéme, que se mantém há vários anos, com elevados prejuízos para os ecossistemas e para as comunidades locais.
Também em Setembro estivemos presentes numa jornada juvenil da empresa DURA (09 de Setembro) e no Centro de Dia da Arrifana (23 de Setembro) onde falámos sobre reciclagem. Colaborámos na divulgação da exposição "Na Serra" de Hugo Figueiredo que esteve presente em Celorico da Beira de 16 de Setembro a 04 de Outubro.
No âmbito do projecto Carbono 350 que o Núcleo Regional da Guarda desenvolveu nos meses de Julho, Agosto e Setembro e que resultou de uma candidatura ao Programa de Ocupação dos Tempos Livres de Longa Duração do Instituto Português do Desporto e da Juventude, está presente no site **www.quercus.pt/projetos-locais-guarda** até finais de Janeiro de 2016 um inquérito sobre meios de transporte e cálculo de emissões de CO_2.
Reforçamos para finalizar o pedido de voluntários para duas áreas: dinamização do blogue do Núcleo e apoio na organização e reportagem de actividades. Os interessados deverão enviar um e-mail para **guarda@quercus.pt** e manifestar o seu interesse.

Jornada juvenil DURA

Perigo, rio Noéme, Miuzela César Jesus

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Clean up the world – Limpar o Mundo, Limpar Portugal
Só tendo havido 4 inscrições vimo-nos forçados a cancelar a campanha deste ano, após mais de uma década, mas, associado ao Projeto Rios, a Câmara Municipal de Braga desafiou os adotantes do rio Este (e o Núcleo de Braga tem a nascente) a limpar o seu troço no período de 25 a 28 de setembro (6.ª a 2.ª-feira) pelo que fizemos essa limpeza. Para tal aproveitamos a presença dos alunos da universidade holandesa de Wageningen. Assim 15 dos 30 jovens foram ajudar-nos a limpar a nascente do rio Este, no domingo de manhã.

Foto de Grupo - Limpeza do rio Este A.D.

Apresentação do estudo de adaptação às alterações climáticas
À semelhança do ano passado, o Núcleo colaborou com a Universidade de Wageningen, desta feita no levantamento da situação do concelho frente à necessidade de adaptação às alterações climáticas. A turma, com os respetivos docentes, estiveram de 21 de setembro a 2 de outubro em Braga, tendo realizado inúmeras entrevistas e percorrido os pontos mais sensíveis do concelho. Assim, na noite de 1 de outubro, apresentaram no edifício GNRation, em Braga, o ponto da situação aos presentes, tendo sensibilizado as pessoas para a necessidade de envolvimento dos cidadãos e das entidades, frente à temática.

Observação de Aves
Devido ao alerta vermelho, de chuvas e vento forte, que esteve anunciado para Braga, tivemos de cancelar a observação de aves que estava prevista para domingo de manhã, no Bom Jesus, associada ao fim de semana europeu das aves (Eurobirdwatch2015).

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

Dinamização do Centro de Educação Ambiental de Ourém
O Centro de Educação Ambiental de Ourém, dinamizado pelo Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus, propõe às escolas do Concelho de Ourém, para o ano lectivo 2015/2016, o desenvolvimento do programa educativo "eu polinizo, tu polinizas, eles polinizam..." sobre a importância dos polinizadores. É um programa que lança às escolas o desafio para que desenvolvam várias atividades em torno da temática dos polinizadores e dos serviços ambientais por eles prestados.
O Centro de Educação Ambiental de Ourém continua aberto à recepção de escolas e à dinamização de atividades pedagógicas nas suas instalações e espaço envolvente, na Mata Municipal de Ourém.

Atividade no Centro de Educação Ambiental Quercus

Participação em Atividades de Sensibilização Ambiental:
Participação em manifestação contra a poluição do Rio Tejo e seus afluentes

O Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus, em colaboração com a equipa do Projeto dQa - Cidadania para o acompanhamento das política públicas da água e o movimento informal "Vamos Salvar o Rio Almonda", participou na manifestação contra a poluição do Rio Tejo e seus Afluentes, organizada pelo Protejo – Movimento pelo Tejo, que decorreu no passado dia 26 de setembro

Ação de Limpeza do areal da Praia do Pedrógão

Em comemoração do Dia Internacional do Mar, que decorreu a 24 de Setembro, este Núcleo participou, no dia 27 de Setembro, numa operação de voluntariado organizada pelo Município de Leiria, para a limpeza do areal da praia do Pedrógão onde estiveram presentes cerca de 20 pessoas tendo conseguido retirar da praia cerca de 580 Kg de resíduos constituídos principalmente por plásticos.

Sérgio Ribeiro

Operação de limpeza da praia do Pedrógão

Eurobirdwatch

A 3 de Outubro participou-se em mais uma edição do Eurobirdwatch, o maior evento europeu sobre observação de aves, coordenado em Portugal pela SPEA. A atividade deste ano, resultante de uma co-organização entre o Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura e a ONGATEJO teve lugar na Reserva Natural do Paul do Boquilobo, tendo-se registado a participação de cerca de 30 pessoas.

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Canoagem na Ribeira de Seda – 22 de Agosto em Avis

Integrada nas comemorações dos 30 anos da Quercus, o Núcleo Regional de Portalegre da QUERCUS - ANCN organizou, no passado dia 22 de Agosto, uma descida em canoa, na Ribeira de Seda, em Avis, em parceria com a Autarquia local e o Centro Cultural de Figueira e Barros

A descida teve início na descarga da Barragem do Maranhão e terminou junto à ponte que liga à povoação de Cabeção. O trajecto percorrido, com uma duração de cerca de 4 horas, decorreu por locais de grande riqueza paisagística e ambiental.

O percurso contou também com uma forte componente de educação ambiental com a observação e descrição da fauna e flora existente no local, a importância da preservação das galerias ripícolas e também a separação dos resíduos sólidos urbanos.

Contámos com a presença de cerca de 15 pessoas, muitas das quais sócias da Quercus, e com grande receptividade à beleza natural do local e à mensagem que procurámos transmitir. Durante todo o percurso reinou a boa disposição e o convívio entre os participantes, tendo existido muita entreajuda em algumas zonas de maior dificuldade.

Feliz Valério

Canoagem

Percurso pedestre em Benavila – Avis, 26 de Setembro de 2014

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou em Benavila, concelho de Avis, no dia 26 de Setembro, um percurso pedestre que teve como objectivo a observação e a compreensão do património natural da zona.

Esta actividade, integrada no projecto "Avis – Um concelho a caminhar", da Câmara Municipal de Avis, pretendeu sensibilizar os participantes para a valorização e conservação dos valores ambientais e paisagísticos, promovendo de igual forma, práticas activas de usufruto sustentável dos mesmos. Ao longo do percurso pedestre os participantes tomaram contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes nesta zona, assim como puderam identificar um pouco da fauna e flora existentes no local.

Fernando Abegão

Percurso pedestre

O percurso teve uma extensão de cerca de 7 km e decorreu na área envolvente ao Sítio de Importância Comunitária de Cabeção, classificada ao abrigo da Rede Natura 2000. Participaram na actividade cerca de 40 pessoas, tendo ao longo da mesma reinado a boa disposição e o interesse dos participantes pelas temáticas abordadas.

NÚCLEO DE COIMBRA

Núcleo Regional de Coimbra da Quercus

Nos anos mais recentes, o Núcleo Regional de Coimbra da Quercus tem participado, juntamente com outras entidades como a Câmara Municipal de Coimbra ou a ERSUC, no Conselho Eco Escolas da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra (EHTC). Este Conselho tem implicado reuniões com alguma regularidade nas quais responsáveis e alunos da EHTC apresentam resumos de atividades ambientais relacionadas, nomeadamente, com a reciclagem, saídas de campo, hortas biológicas e de plantas aromáticas. O NR de Coimbra tem participado em tais reuniões sugerindo atividades e infraestruturas. Uma das infraestruturas que o NR de Coimbra sugeriu foi a instalação de estacionamentos para bicicletas para alunos, funcionários e professores da EHTC tendo em vista o incentivo a que mais pessoas se desloquem de bicicleta de e para a EHTC. A bicicleta tem inúmeras vantagens: ambientais, sociais, económicas e para a saúde. É de lembrar que existe a Resolução da Assembleia da República n.º 14/2012, que recomenda ao Governo a promoção da mobilidade sustentável com recurso aos modos suaves de transporte, nomeadamente através de medidas práticas que garantam efectivas condições de circulação aos seus utilizadores e o reforço da sua segurança. Os pontos 3 e 4 referem nomeadamente que é importante que o Governo: 3 — Proceda à salvaguarda da componente de mobilidade sustentável (em especial os modos suaves — bicicleta e pedonal) nos instrumentos de ordenamento do território, planeamento urbano e viário em colaboração com as autarquias, assim como na definição das políticas energéticas e ambientais, prevendo soluções facilitadoras do uso dos modos suaves de transporte. 4 — Reconheça a necessidade de promover uma maior adaptação dos edifícios e do espaço públicos, de forma a potenciar a utilização de meios de transporte alternativo, nomeadamente da bicicleta.

Ora neste sentido cabe, também, à Sociedade Civil dar sugestões, o que fez o NR de Coimbra junto da EHTC fornecendo mais informações sobre o correto equipamento (em «U» invertido) a ser usado no estacionamento de bicicletas, sugerindo a consulta dos seguintes documentos, elaborados pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores da Bicicleta, que seguem as principais normas técnicas internacionais sobre parqueamento de bicicletas:

http://www.fpcub.pt/estacionamento
http://www.fpcub.pt/files/2011/08/Manual_estacionamento_fpcub_v2.pdf

A EHTC foi alertada para não fazer como em muitos lugares onde se procede à instalação dos chamados "entorta rodas" que são o pior tipo de estacionamento que existe para parquear uma bicicleta, pois só possibilitam, e mal, fixar a roda da frente da bicicleta, ficando esta em risco de tombar dobrando a roda da frente ou em risco de facilitar o furto de todo o resto da bicicleta que não está fixada a nenhum ponto do «entorta rodas».

Além disso, fez-se, igualmente, notar que o investimento necessário no correto equipamento (em «U» invertido) é diminuto e eficaz.

A EHTC seguiu a sugestão do NR de Coimbra e procedeu à instalação de três conjuntos de estacionamentos para bicicletas do correto equipamento (em «U» invertido) que já vão tendo utilização.

Por outro lado a EHTC tem promovido atividades abertas ao público como, por exemplo, palestras e mostras de produtos e serviços ambientais tais como os produtos de agricultura biológica cuja venda foi também proporcionada. Em algumas dessas mostras o NR de Coimbra tem participado com bancas de livros (oferecidos aos interessados) animadas por vários voluntários.

EHTC

Mostra

EHTC

Parque de Bicicletas

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Jornada de Outono no Projeto de Cabeço Santo
Paulo Domingues, Coordenador do Projeto Cabeço Santo

A primeira jornada voluntária de Outono foi realmente a última do Verão, e, depois de uma semana com chuvas abundantes a anunciar o Outono, eis que o Verão se veio despedir com dois dias de céu límpido e temperaturas elevadas. Nesta jornada compareceram nove voluntários, e o programa era ambicioso. Começámos, pela manhã e ainda frescos, por uma intervenção de corte de Acácia-de-espigas. Numa área que já esteve intensamente invadida, a presença desta espécie já é mais rarefeita que nos anos seguintes ao incêndio, mas como nos últimos anos se realizou aí pouco trabalho, as plantas existentes foram crescendo, e agora já não bastam tesourões para as cortar. Além disso, já produzem sementes abundantemente, enchendo o solo de pequenas "bombas", que aí se mantêm quase inativas até que um evento extraordinário as "acorde" massivamente. Quanto à vegetação nativa, aqui ainda é dominada pelo matagal de pequeno porte e pelas gramíneas, que depois de um Verão longo e seco, emprestam tonalidades acastanhadas à paisagem. Aqui e ali, um medronheiro, um lentisco, incluindo os que

foram plantados pelo projeto nos últimos anos, mas que se desenvolvem devagar. Não foi muito feliz a plantação do último Inverno pois a dura exposição e o Verão longo e seco ditaram a não sobrevivência de um número significativo de plantas.
O grupo de voluntário deu-se ao trabalho com tal dinâmica e determinação que numa tarde fez quase tudo o que aqui podia agora ser feito: cortou e arrumou mimosas médias, cortou rebentação, arrancou rebentos do sistema radicular superficial e ainda descascou uma mimosa grande, a última que por aqui ia resistindo.
E isto ainda não foi tudo: ainda houve tempo para observações! Sobretudo pelos olhos mais treinados do nosso biólogo de serviço, foi possível identificar um conjunto de espécies de aves, quer no monte quer na zona ribeirinha, algumas das quais ainda não referenciadas no Cabeço Santo. Claro, só podia ter sido mais uma extraordinária jornada voluntária!

Paulo Domingues

Jornadas de Outono em Cabeço Santo

O Núcleo Regional de Aveiro exige a realização de um Estudo de Impacte Ambiental e maior exigência no cumprimento de boas práticas ambientais

A Direção do Núcleo Regional de Aveiro da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

O Núcleo Regional de Aveiro lamenta que a Cimpor, com a conivência das entidades ambientais competentes, continue a operar o armazenamento e expedição de Petcoque há mais de três anos no Porto de Aveiro, sem licenciamento e sem a realização de uma avaliação do impacte ambiental da atividade.
O Relatório Final da Avaliação da Qualidade do Ar na Envolvente do Porto de Aveiro confirmou objetivamente os impactes desta atividade na saúde pública e também nos bens dos habitantes da frente urbana contígua à zona portuária.
Dadas as caraterísticas físicas e químicas da matéria-prima do petcoque, e o facto do local de deposição se encontrar na Zona de Proteção Especial e Sítio de Importância Comunitária da Ria de Aveiro (Rede Natura 2000), mas também pela proximidade à cidade da Gafanha da Nazaré, a QUERCUS considera que se deve proceder, de imediato, à Avaliação de Impacte Ambiental desta atividade. O objetivo desta avaliação seria complementar em outras matrizes ambientais o estudo de avaliação da qualidade do ar já realizado e tornar obrigatória, em Declaração de Impacte Ambiental, as medidas já propostas pelo estudo, bem como a monitorização dos impactes quer sobre o ar, quer sobre as restantes matrizes ambientais potencialmente afetadas na área da Ria de Aveiro.
O Núcleo Regional de Aveiro espera que o processo de contraordenação à Cimpor decorra com a maior celeridade possível e pede uma condenação exemplar. Exige ainda que sejam apuradas as responsabilidades da Administração do Porto de Aveiro, das entidades fiscalizadoras do Ministério do Ambiente e da Autarquia que permitiram as operações no local sem licenciamento e sem qualquer avaliação da qualidade do ar e do impacte ambiental.

Humberto Rocha

Petcoque no Porto de Aveiro

Censo de Inverno da Cegonha-branca

No dia 10 de outubro, logo pela manhã, vários voluntários do Núcleo Regional de Aveiro percorreram a região do Baixo-Vouga Lagunar de forma a fazer o censo de Inverno da Cegonha-branca, atividade coordenada a nível regional por este núcleo. O Núcleo de Aveiro agradece a todos os voluntários pela colaboração nesta saída de campo.

NÚCLEO DE VILA REAL E VISEU

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus

Caminhada no Património da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

No dia 12 de Setembro de 2015 realizou-se a atividade **"Caminhada no Património da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho"**, inserida no programa **"Património das Freguesias – Quercus + Freguesias + Coletividades".** A atividade foi dinamizada pelo Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus, e contou, a nível local, com os apoios da União de freguesias de São João do Monte e Mosteirinho e da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de S. João do Monte.
O Programa **"Património das Freguesias – Quercus + Freguesias + Coletividades"** tem por objetivos: 1.º) aproximar os cidadãos do Património Natural existente nas freguesias, através da realização de percursos; 2.º) divulgar e valorizar locais e estruturas com interesse natural, realizadas por especialistas e por membros da comunidade local; 3.º) promover o contacto entre pessoas e disseminação de conhecimentos e práticas internacionais de valorização patrimonial, num ambiente de valorização pessoal.
A caminhada foi orientada por Pedro Pereira, João Branco, João Baptista e Nelson Pereira e contou com a participação de 38 pessoas, maioritariamente jovens da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de S. João do Monte. O percurso realizou-se nas redondezas da vila de São João do Monte, serra do Caramulo, com uma particular atenção para o património natural e edificado e teve inicio junto ao Pelourinho e à casa da Câmara (cadeia), localizados no largo do antigo concelho
Após a recepção aos participantes, realizada pelo Mário Martins, presidente da Associação, foram apresentados os objetivos e o percurso da caminhada, assim como o projeto **"Património das Freguesias – Quercus + Freguesias + Coletividades",** pelos restantes elementos da equipa.
O percurso a pé, com cerca de 6 quilómetros, decorreu no território da União de freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. Ao longo do percurso foram observados aspectos biológicos, geológicos, paisagísticos e patrimoniais existentes na freguesia. O percurso localiza-se numa área com topografia côncava, que se pode designar, em termos geomorfológicos, de bacia ou alvéolo. Ao longo do percurso mereceram particular atenção alguns locais, nomeadamente: o pelourinho e casa da cadeia; a fonte Lameiro (fonte de chafurdo), o moinho de água da levada da Abóbada, a praia fluvial do Paraíso no Rio Águeda, a ponte romana, as poldras do Pensal, a ponte das Cales, a Igreja Matriz e a mata de carvalhos. Esta última área foi alvo de uma intervenção que teve a preocupação de manter o equilíbrio entre o natural e o humanizado.

No final da caminhada, a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de S. João do Monte ofereceu um churrasco a todos os participantes. A atividade foi do agrado de todos, e foi feito o desafio para continuar com este tipo de iniciativas.

Participaram ativamente na organização desta atividade, além dos elementos da Quercus, Pedro Pereira (Geógrafo), Mário Martins (Presidente da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de S. João do Monte) e Nelson Pereira (Historiador).

João Carlos Baptista

Participantes junto à casa da Câmara (cadeia), localizada no largo do antigo Concelho.

Exibição do Filme "SANGRAINS, os Efeitos Locais da Pesca Global"

O Núcleo da Quercus de Vila Real dinamizou a exibição do filme "SANGRAINS, os Efeitos Locais da Pesca Global" de Jordie Montevecchi & Gabriel Manrique, no Club de Vila Real.
Sandgrains é um documentário sobre os efeitos locais da pesca global. A história leva-nos desde Cabo Verde até os corredores do Parlamento da UE onde estão em andamento medidas de correção e reforma das politicas Europeias relativamente à indústria pesqueira.
Sandgrains resultou do esforço de colaboração de várias centenas de pessoas que contribuíram com conhecimento, contatos e financeiramente. O filme foi produzido através de financiamento de pessoas interessadas na iniciativa ("crowdfunding") e combinou os esforços de voluntários e de trabalhadores em tempo parcial ("crowdsourcing").

Este suplemento é co-financiado pelo LIFE

PROJETO LIFE ECOTONE

REPRODUÇÃO *EX SITU* DE NÁIADES AMEAÇADAS EM PORTUGAL

Em 2012 teve início o projecto LIFE "*Ecotone* - Gestão de habitats ripícolas para a conservação de invertebrados ameaçados". O seu objectivo central é conceber, implementar e avaliar metodologias de gestão activa do habitat prioritário - 91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*) – para incrementar populações de odonatos (*Oxygastra curtisii, Gomphus graslinii e Macromia splendens)* e melhorar o estado de conservação das populações de espécies ameaçadas de náiades ameaçadas [*Margaritifera margaritifera e Unio tumidiformis (=Unio crassus)*]. No âmbito deste último objectivo, implementou-se um programa de reprodução *ex situ* pela primeira vez em Portugal para estas duas espécies.

As larvas das náiades, chamadas gloquídios, são parasitas obrigatórios dos peixes. No caso da *M. margaritifera* o hospedeiro é o salmão (*Salmo salar*) e a truta nativa (*Salmo truta fario*), ao passo que os gloquídios de *U. tumidiformis* apenas se fixam a peixes do género *Squalius.* No âmbito do projecto foram utilizados como hospedeiros respectivamente a truta e o bordalo (*Squalius alburnoides*), sendo as trutas adquiridas comercialmente e os bordalos nascidos já em cativeiro no âmbito de um programa de reprodução *ex situ* próprio.

O protocolo utilizado para ambas as espécies iniciou-se com a captura de fêmeas grávidas, recolhendo os gloquídios maduros à medida que estes eram libertados. Estes gloquídos foram misturados com os respectivos hospedeiros num pequeno recipiente com água durante 10 a 30 minutos. As trutas assim infectadas foram transferidas para "race-ways" onde passaram toda a fase parasitada (7 a 9 meses); no final deste período foram novamente transferidas para tanques especificamente construídos para a recolha das náiades juvenis, uma vez que estas se libertam dos peixes. Os bordalos infectados foram imediatamente transferidos para estes tanques, já que a sua fase parasitada é muito curta (alguns dias).

A metodologia descrita permitiu pela primeira vez em Portugal obter juvenis de ambas as espécies em grande número, condição fundamental para qualquer programa de reforço populacional ou reintrodução baseado na reprodução ex situ de náiades. No caso de *M. margaritifera* foram obtidos entre 65 a 90 mil juvenis por ano, infectando 100 a 150 trutas, enquanto para *U. tumidiformis* obtiveram-se entre 5 a 25 mil juvenis por ano, infectando cerca de 100 bordalos. Foram efectuadas várias experiências de sobrevivência e crescimento dos juvenis de ambas as espécies, abrangendo sistemas semi-naturais a sistemas fechados com alimentação artificial à base de algas e detritos. No caso de *M. margaritifera* foi ultrapassada a barreira do ano de idade, com crescimentos de até 400% nesse período (ultrapassando 1 mm de comprimento), condições descritas como chave para o sucesso da reprodução *ex situ* desta espécie. Já *U. tumidiformis* foi mantido até 10 semanas em cativeiro com crescimento de até 400% nesse período. Apesar de não existirem termos de comparação pela natureza inédita destas experiências, os resultados obtidos apontam para uma base sólida para implementação de programas de conservação e recuperação de populações desta espécie.

Refira-se por fim que o projecto contemplou também medidas activas de recuperação das populações alvo de náiades, no rio Paiva para *M. margaritifera* e no rio Torgal para *U. tumidiformis.* No âmbito destas medidas foram libertados no rio Paiva 4500 juvenis de *M. margaritifera* nascidos em cativeiro, assim como na ribeira do Torgal 12500 juvenis de *U. tumidiformis.* Adicionalmente efectuaram-se infestações de peixes no terreno, que se libertaram imediatamente após serem infectados com gloquídios, aumentando assim não só a probabilidade de recrutamento na população de náiades, como favorecendo a sua dispersão ao longo do rio. Este tipo de acção, comum em acções de conservação de náiades no mundo, foi efectuada em Portugal pela primeira vez.

Paulo Lucas

Marcação de náiades

Co-financiado a 75% pelo instrumento financeiro LIFE da UE http://ecotone.pt

Paulo Lucas

Libertação de náiades

MONITORIZAÇÃO DE ICTIOFAUNA

A monitorização da ictiofauna hospedeira de náiades de *Margaritifera margaritifera* e *Unio tumidiformis*, respectivamente, nos SIC "Rio Paiva" e SIC "Costa do Sudoeste" visava caracterizar o estado das populações ao longo do período temporal em que decorreu o projecto LIFE ECOTONE. Apesar das comunidades de peixes de água doce sofrerem tipicamente oscilações naturais de abundância e composição específica, decorrentes essencialmente das características hidrológicas de cada ano, foi possível utilizar os resultados obtidos durante as campanhas de monitorização da ictiofauna numa perspectiva comparativa usando como descritor a percentagem de indivíduos das espécies-alvo capturados face ao total de capturas. Assim, comparando as capturas efectuadas em 2012 e 2015, verificou-se um incremento da abundância relativa de truta *Salmo trutta* no Rio Paiva (de 4.46% para 7.29%) e de escalo-do-Sul *Squalius torgalensis* no Rio Mira (44.39% para 63.64%). Por outro lado, existem igualmente evidências de um aumento do recrutamento populacional de *S. torgalensis* no Rio Mira, traduzido pela percentagem de juvenis capturados (49.47% em 2012 e 75.40% em 2015).

A manutenção da tendência para um aumento do recrutamento e dos efectivos populacionais das espécies hospedeiras de náiades (a comprovar em futuras campanhas de monitorização pós-LIFE), em paralelo com a manutenção das condições adequadas em termos de habitat e qualidade da água, potenciará seguramente a conservação das populações ameaçadas de *Margaritifera margaritifera* e *Unio tumidiformis*.

CIBIO-UP

Amostragem

Apesar dos resultados se afigurarem promissores, para que a comunidade ictíca dos rios Mira e Paiva se mantenha equilibrada e em densidades favoráveis, é desejável que sejam cumpridas algumas recomendações: 1) os troços de rio sujeitos a intervenções de melhoramento dos habitats fluviais (incluindo a galeria ripícola) deverão ser ampliados; 2) deve ser garantida a disponibilidade e qualidade hídricas ao longo de todo o ano, em particular durante a época estival; 3) as populações devem ser reforçadas periodicamente com peixes criados *ex-situ*; 4) deverão ser implementadas acções de controle e/ou erradicação de espécies exóticas de peixes e de lagostim, em particular durante a época estival no Rio Mira; 5) devem ser impostas medidas efectivas de minimização do impacto da pesca desportiva de truta no Rio Paiva, nomeadamente através da criação de zonas de pesca interdita, respeito pelos tamanhos mínimos de captura, declaração do número de exemplares capturados, e reforço populacional com indivíduos criados em cativeiro a partir de stocks selvagens obtidos no mesmo rio.

CB-ISPA

Monitorização de ictiofauna

CB-ISPA

Medições

MONITORIZAÇÃO DE LIBÉLULAS NO RIO PAIVA E NA RIBEIRA DO TORGAL

No âmbito do projecto Ecotone foram efectuadas amostragens tendo como alvo insectos da ordem Odonata (Libélulas e Libelinhas) em dois locais: Ribeira do Torgal (Odemira) e Rio Paiva (Castro Daire).
As amostragens (ninfas, exuvias e adultos) foram realizadas entre Abril e Setembro de 2012 e repetidas no mesmo período de tempo no ano de 2015. Durante estes trabalhos foram listadas 24 espécies (Paiva) e 23 (Torgal), os resultados, publicados em relatório entregue por estes dias mostram existir alguma disparidade entre o valor encontrado em 2012 e o de 2015.
Tendo como base estes resultados (e a importância como bioindicadores de algumas espécies) foram seleccionadas 6 espécies (3 para o Torgal e 3 para o Paiva) com vista a uma interpretação dos resultados do ponto de vista dos dados obtidos e do seu valor ecológico.

Ribeira do Torgal
De uma maneira geral, registou-se um acréscimo na densidade das populações da maioria das espécies amostradas.
Oxygastra curtisii (Dale, 1834)
Espécie protegida pela directiva Habitats. Reproduz-se em águas correntes e oxigenadas com ricas galerias ripícolas. As ninfas encontram-se nas raízes submersas das árvores que crescem nas margens (Ex. *Alnus glutinosa*). A amostragem mostra que espécie sofreu um notável acréscimo.
***Cordulegaster boltonii* (Donovan, 1807)**
Espécie com populações isoladas a sul do Rio Tejo que necessita de águas correntes e oxigenadas para se reproduzir. Os dados resultantes da amostragem mostram tendência de crescimento para as populações desta espécie no local.
***Calopteryx haemorrhoidalis* (Vander Linden, 1825)**
Reproduz-se em águas correntes e oxigenas em locais sombreados por galerias ripícolas. Tem ampla distribuição em território nacional sendo no entanto mais contígua a norte do rio Tejo. Os dados de amostragem registam um acentuado aumento no número de exemplares neste local.

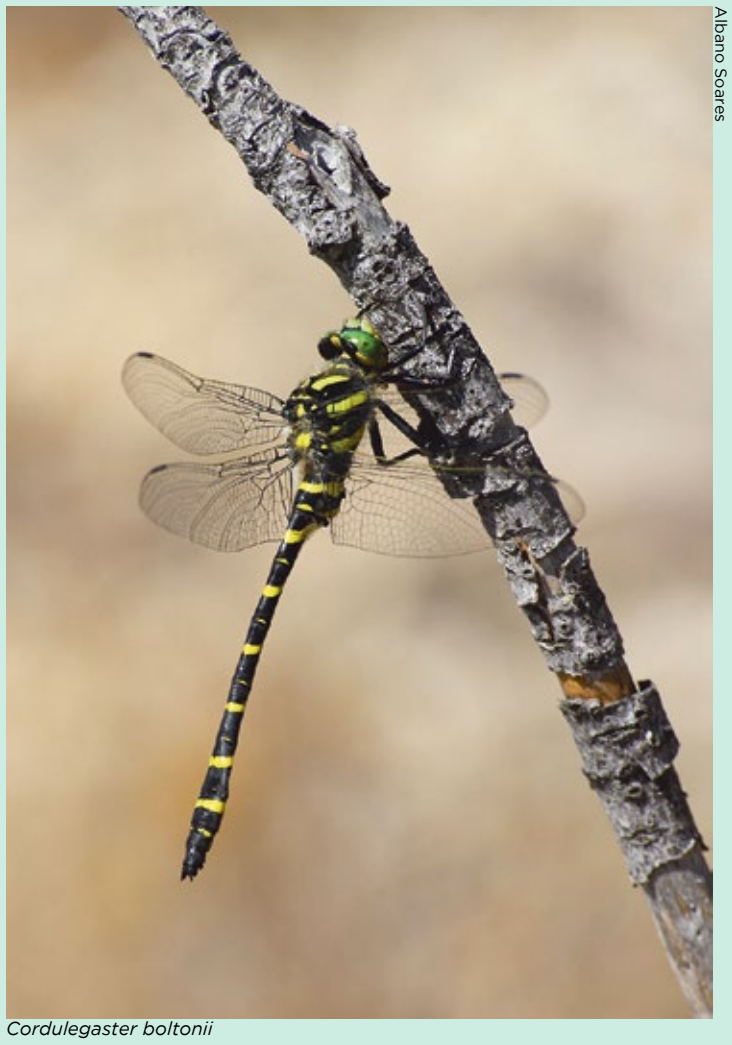
Rio Paiva
Neste local registou-se um decréscimo na densidade de populações de grande parte das espécies.
***Macromia splendens* (Pictet, 1843)**
Espécie protegida pela directiva Habitats. De limitada distribuição mundial (exclusiva de Portugal, Espanha e sul de França) tem na bacia do Rio Paiva um dos seus maiores santuários. Reproduz-se em águas correntes com alguma amplitude e represamentos. Os dados resultantes da amostragem não demonstram grande oscilação entre os números de 2012 e os resultantes da amostragem de 2015.
***Orthetrum coerulescens* (Fabricius, 1798)**
Espécie com ampla distribuição no território nacional (embora mais comum a norte do Rio Tejo). Reproduz-se em escorrências e pequenos afluentes (também nas margens de rios e ribeiros saturados de vegetação aquática). Os dados da amostragem no local apontam para um acentuado decréscimo da espécie.
***Lestes viridis* (Vander Lindem, 1825)**
Espécie que habita galerias ripícolas com ampla distribuição a nível nacional. Ovipositam em ramos de árvores e arbustos pendentes sobre águas de corrente moderada. Os números obtidos pela amostragem no local indicam um acentuado aumento na densidade populacional desta espécie no local.

Albano Soares

Oxygastra curtisii

Albano Soares

Calopteryx haemorrhoidalis


Albano Soares

Cordulegaster boltonii

Albano Soares

Macromia splenden

Albano Soares

Orthetrum coerulescens

Albano Soares

Lestes viridis

PROJETO LIFE ECOTONE
IMPACTES E RESULTADOS

Apesar de não ser possível quantificar com rigor quais os impactes do projecto sobre as espécies e habitats dos Sítios de Importância Comunitária Rio Paiva e Costa Sudoeste, atendendo a que estão em curso a elaboração de alguns trabalhos de avaliação dos resultados relativos aos impactes sobre as espécies alvo, podemos mencionar que as intervenções no habitat *91EO conduziram à melhoria do seu estado de conservação e ao da sua área de ocorrência, de acordo com as seguintes intervenções realizadas:

• Limpeza de linha de água com o objetivo de retirar elementos que constituam obstáculos ao normal fluxo da água ou possam induzir perturbações nos processos característicos das linhas de água, tais como o favorecimento da erosão ou a acumulação anormal de sedimentos:
o Rio Paiva – 0,4 ha (950 metros lineares)
o Ribeira do Torgal – 0,4 ha (800 metros lineares)
Começam-se a avolumar indicações da importância de se realizarem intervenções desta natureza para favorecer algumas espécies de libélulas dependentes de ambientes esciófilos, bem como as diferentes espécies de náiades presentes, algumas das quais, como *U. tumidiformis*, intolerantes a sedimentos finos.
• Limpeza e condução de árvores e arbustos ripícolas, em particular do Amieiro (*Alnus glutinosa*), de forma a garantir a sua vitalidade (remoção de árvores mortas, corte de árvores velhas, limpeza de silvados e de exóticas invasoras):
o Rio Paiva – 8,7 ha (4.300 metros lineares)
o Ribeira do Torgal – 10,1 ha (4.900 metros lineares).
• Reconexão de leitos antigos, para favorecer os escoamento em picos de cheia e para instalar empoçamentos para libélulas e alguns anfíbios.
o Rio Paiva – 6 locais (2,1 ha)
o Ribeira do Torgal – 1 local (0,4 ha)
• Estabilização das margens em 800 metros para restauro do habitat alvo (0,8 hectares) e criação de 2 represamentos (1,7 hectares), na ribeira do Torgal, para criação de refúgio hídricos e térmicos para peixes e náiades.
• Plantação de 6.209 árvores e arbustos em 2014 e 6.857 em 2015, perfazendo total de 13.066 espécimes plantados, de forma a contribuir para o incremento do habitat alvo em ambos os SIC.

Ao nível das espécies, podemos salientar os seguintes números:
• Repovoamento com *Margaritifera margaritifera* no SIC Rio Paiva- – 4.000 juvenis, com 12 semanas.
• Repovoamento com *Unio tumidiformis* no SIC Costa Sudoeste - -12.400 juvenis libertados.
• Repovoamento com *Squalius torgalensis* no SIC Costa Sudoeste- – 986 exemplares libertados.
• Alteração do regulamento de 1 concessão de pesca desportiva, no SIC Rio Paiva com vista a diminuir a pressão da pesca desportiva sobre as populações de *Salmo trutta*, peixe hospedeiro das larvas de M. Margaritifera, e garantir um recrutamento eficaz e duradouro em ambas as espécies, com os seguintes resultados concretos:
o Redução do número de capturas de trutas a reter por jornada de pesca de 8 para 4.
o Obrigatoriedade de comunicar as capturas de salmonídeos prevista no regulamento, por forma a se poder avaliar o esforço de pesca.
o Redução do período de pesca na concessão em 1 mês (deixa de se poder pescar em Julho)
o Criação de 2 troços de pesca sem morte (3 Km em 8,9 Km de concessão).

PROJETO LIFE TAXUS
RESTAURAR BOSQUETES DE TEIXO [9580* FLORESTAS MEDITERRÂNICAS DE *TAXUS BACCATA*] LIFE12 NAT/PT/000950

Está a decorrer desde julho de 2013 o projeto LIFE TAXUS – Restaurar bosquetes de teixo [9580* Florestas mediterrânicas de *Taxus baccata,* cujo objetivo central consiste em contribuir para a recuperação deste habitat prioritário, de forma a manter a diversidade do mosaico florestal, melhorando as áreas existentes e incrementando a área de ocupação na Rede Natura 2000.
De forma a alcançar este objetivo, têm sido dinamizadas diversas ações concretas no terreno, assim como iniciativas de divulgação nas áreas de intervenção, os Sítios de Importância Comunitária Serra da Estrela e Peneda-Gerês. Em seguida é apresentada a evolução decorrente da implementação das principais ações previstas no projeto.

Evolução na implementação das ações
No âmbito da ação C2 – Melhoria do estado de conservação, a intervenção no SIC Peneda-Gerês iniciou-se no final de março de 2014 com o controle da vegetação sub-serial numa área de 2 ha nas imediações da rio Maceira e corte de alguns exemplares de *Chamaecyparis lawsoniana*, espécie exótica que pontualmente estava a provocar a asfixia de teixos adultos. Na época seguinte, entre outubro de 2014 e março de 2015, foram intervencionados 19,05 ha, nos quais se incluem 1.025 metros lineares de limpezas em caminhos pedestres que correspondem a cerca de 1,28 ha, admitindo que os trabalhos foram efetuados numa faixa com largura média de 12,5 metros.
Ao nível do incremento da área de ocupação dos bosquetes de teixo, previsto na ação C3, a realizar na Serra da Estrela, as condições climatéricas adversas, nomeadamente com temperaturas muito baixas e queda de neve, seguida de um curto período de primavera implicaram que as operações no terreno nem sempre tenham tido a evolução desejável. Durante as duas épocas de plantação, entre a primavera de 2014 e a primavera de 2015, foram plantadas 7.507 árvores e arbustos, numa área correspondente a 33% do previsto no projeto. A tabela que se segue apresenta a distribuição das plantas instaladas no terreno, em cerca de 5 ha , segundo as espécies utilizadas.

Área de intervenção	Espécie	Número
Vale glaciar do Zêzere	*Taxus baccata*	2.275
	Ilex aquifolium	1.250
	Quercus pyrenaica	3.658
	Sorbus aucuparia	305
	Pyrus cordata	19
	Total	7.507

Nuno Forner
Plantação na Serra da Estrela

Este suplemento é co-financiado pelo LIFE

SUPLEMENTO Life

Para a implementação da ação de incremento de habitat (ação C3.) prevista para o SIC Serra da Estrela, é de referir que nos viveiros florestais da Sr.ª da Graça – Malcata, encontram-se em número suficiente exemplares que permitem assegurar as plantações e retancha, assim como o período pós-LIFE.

No seguimento da troca de experiências nas jornadas Internacionais sobre o teixo, que decorreram na Catalunha em dezembro de 2014, em que os especialistas foram unânimes em considerar que a produção de teixo por semente é sempre melhor devido à salvaguarda da variabilidade genética, também foi referido que a estacaria poderá ser interessante como forma de preservar o material genético de núcleos e/ou espécimes, prevenindo que algum fenómeno estocástico os possa afetar. Como tal, tendo em conta a existência de um número de teixos superior aos 10.000 exemplares inicialmente previstos, na primavera de 2015 procedeu-se à recolha de estacas em dois exemplares, masculino e feminino existentes na Barroqueira, tendo sido obtidas cerca de 300 estacas que foram tratadas com hormonas de enraizamento e colocadas em tabuleiros com substrato enriquecido com adubo e, posteriormente, colocadas na estufa de germinação, com rega regular e ventilação.

No que respeita à divulgação do projeto, é de referir os seguintes aspetos: o site do projeto (http://lifetaxus.quercus.pt) apresenta uma afluência superior a 58.000 visitas; estão instalados 10 painéis informativos nas áreas de intervenção do projeto; foram promovidos dois eventos de apresentação pública do projeto junto das comunidades locais; procedeu-se à divulgação de dois spots sobre o projeto e disponibilizados outros dois spots referentes a testemunhos; foi elaborada uma exposição interpretativa, um folheto e uma brochura, distribuídos por cerca de 3.500 pessoas; participou-se nos programas "Sociedade Civil" e "Biosfera".

De forma específica, o Programa Educativo "O tesouro das bolinhas vermelhas" dinamizado no âmbito da ação E7, direcionada para a educação ambiental, envolveu até à data cerca de 1.800 alunos e professores, superando os 1.000 alunos previstos no projeto. A dinamização do projeto teve como suporte a exposição do projeto, uma apresentação multimédia e um Guião de Exploração Pedagógica concebidos para o efeito.

A ação em rede com outros projetos nacionais e internacionais, têm sido de uma enorme relevância para a melhoria dos resultados obtidos no projeto, decorrente da partilha e troca de experiências que proporciona. De entre os intercâmbios é de referir a participação da equipa do projeto constituída pelo Nuno Forner e Domingos Patacho nas "IV Jornadas Internacionais do Teixo", que decorreu entre os dias 23 e 25 de outubro de 2014 em Poblet (Catalunha), e posterior visita por parte da colaboradora do projeto LIFE11 NAT/ES/000711 – "TAXUS - Improvement of TAXUS baccata conservation status in north-eastern Iberian Peninsula", Antònia Caritat, que teve oportunidade de visitar as intervenções efetuadas na Serra da Estrela. Outra iniciativa a referir prende-se com a visita do Diretor do WIGRY NATIONAL PARK na Polónia, e técnicos afetos aos projetos LIFE11 NAT/PL/000431 "Endangered species and habitats protection of the Natura 2000 "Ostoja Wigierska" site" e LIFE11 NAT/PL/428 "Active protection of lowland populations of Capercaillie in the Bory Dolnośląskie Forest and Augustowska Primeval Forest". Esta visita, que contou com o acompanhamento por parte do ICNF – Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas, permitiu a troca de experiências ao nível da gestão e implementação de projetos, assim como possibilitou mostrar aos técnicos alguns dos valores naturais que estiveram na base da classificação de duas áreas emblemáticas da Rede Natura 2000 em Portugal.

É ainda de enfatizar a troca de informação com entidades e/ou projetos nacionais que estão a trabalhar com teixo, nomeadamente o Jardim Botânico do Faial, assim como com o LIFE Maciço Montanhoso (LIFE11 NAT/PT/327) na Madeira.

O projeto envolve diversas entidades

O projeto coordenado pela Quercus conta localmente com o apoio de diversas entidades, que de forma direta ou indireta contribuem para alcançar os objetivos definidos no projeto, nomeadamente o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), os Baldios de São Pedro de Manteigas, Cortes do Meio, Unhais da Serra, Santa Maria e Fafião.

O acompanhamento científico está a cargo do CEG – IGOT (Centro de Estudos Geográficos – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa).

Este projeto é cofinanciado pelo programa LIFE+ da União Europeia e pela Valormed – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos.

Nuno Forner

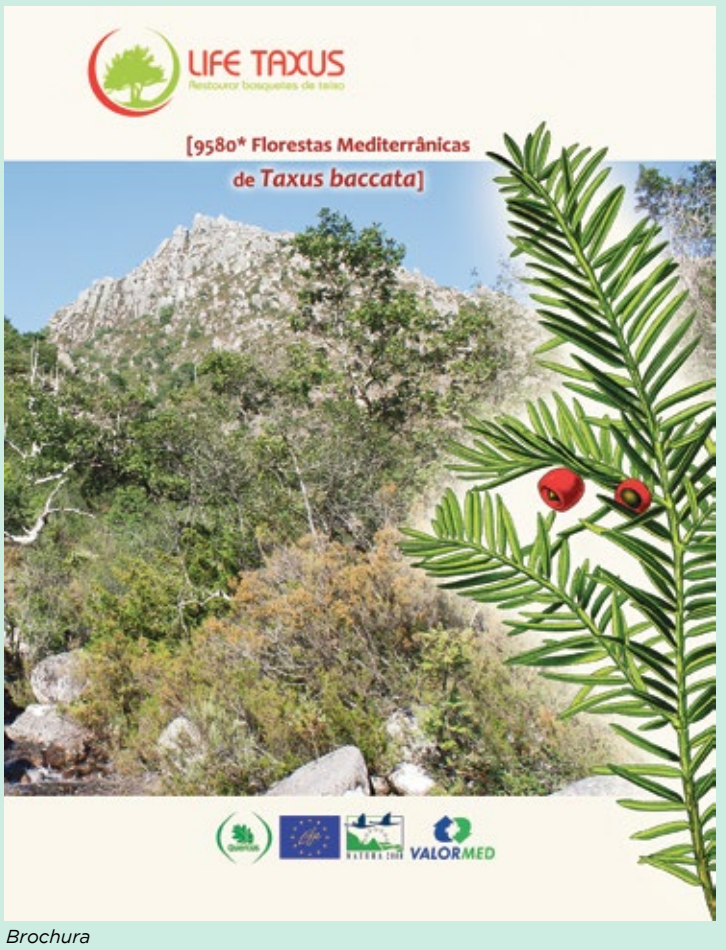
Tabuleiros com teixos no viveiro Florestal da Sr.ª da Graça - Malcata

Nuno Forner

Visita dos técnicos polacos às intervenções no Parque Nacional da Peneda-Gerês

Richard Martin

Foto de grupo dos participantes nas IV Jornadas Internacionais do Teixo.



Brochura

Para mais informações visite o sitio do projeto em http://lifetaxus.quercus.pt

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

QUERCUS PARTICIPOU NA MANIFESTAÇÃO CONVOCADA PELO MOVIMENTO PROTEJO EM DEFESA DO TEJO

A Quercus aderiu no passado dia 26 de Setembro à Manifestação convocada pelo Movimento Protejo (de que a Quercus faz parte), em conjunto com a Red Tajo de Espanha, numa acção ibérica conjunta dos cidadãos de Portugal e Espanha em defesa do Tejo.
Esta acção traduziu-se em manifestações e acções em vários locais da Zona Ribeirinha do Rio Tejo, em Portugal e Espanha, contra a poluição do Rio Tejo e dos seus afluentes, constituindo um verdadeiro exemplo de cidadania.
As reivindicações da **Manifestação Contra a Poluição do Rio Tejo e Seus Afluentes** foram já anunciadas em comunicado, emitido pelo movimento ProTejo no dia 20 de Setembro, e consistem em:
1. O cumprimento da Directiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado ecológico das águas do Tejo;
2. O estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, reflectidos nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, em Espanha e em Portugal, e na Convenção de Albufeira;
3. A acção rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes;
4. A intervenção junto do governo espanhol com vista ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz, eliminando a contaminação radiológica do rio Tejo e o risco de acidente nuclear;
5. A realização de acções para restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente, nomeadamente, a reposição da conectividade fluvial.
A Quercus marcou presença em 4 localidades ao longo do Tejo: em Vila Velha de Ródão, em Belver, em Constância (com o apoio da equipa dQa) e em Lisboa.
Em Vila Velha de Ródão, estiveram cerca de 70 pessoas a defender aquela que tem sido uma das zonas do Tejo mais fustigadas nos últimos tempos pela poluição proveniente de efluentes industriais, poluição essa que que se faz sentir até ao Médio Tejo, em Abrantes.
Em Belver, na praia fluvial do Alamal, a acção contou com cerca de 20 pessoas e em Constância juntou-se um grupo de mais de 40 activistas, entre os quais representantes do Movimento de Cidadãos Salvem o Almonda, tendo decorrido posteriormente uma descida de canoa até Almourol e Vila Nova da Barquinha.
Em Lisboa, junto ao Cais das Colunas, cerca de uma dezena de pessoas também se manifestou em defesa do Tejo.

Pode ver o vídeo da descida do Tejo entre Constância e Barquinha em: **https://vimeo.com/140827880**

Paulo Lucas
Concentração em Constância

NaturZ
Descida do Tejo em canoa

Nuno Barroso
Concentração em Vila Velha de Ródão

NOTÍCIAS dQa

O Projeto "dQa – Cidadania para o Acompanhamento das Políticas Públicas da Água" tem vindo a desenvolver um conjunto de actividades, com vista à sensibilização dos decisores políticos e da população em geral sobre a necessidade de cumprir a legislação comunitária e nacional em matéria de recursos hídricos e alcançar o bom estado ecológico dos cursos de água.
Tem sido uma preocupação no decurso do projecto dQa apelar à participação dos cidadãos na identificação de ameaças e problemas conhecidos em cada massa de água, para ajudarem a identificar os ponto críticos, situação que se encontra agora facilitada com a colocação online da plataforma colaborativa que em breve permitirá aos cidadãos partilharem os seus contributos.
A equipa do projecto procedeu também à classificação da qualidade ecológica das 7 sub-bacias hidrográficas, que têm vindo a ser monitorizadas desde o início do projecto, baseada na colheita e identificação de macroinvertebrados bentónicos, na amostragem e análise dos parâmetros físico-químicos e ainda na caracterização da qualidade do bosque ripário. Como resultado deste trabalho, o rio Almonda obteve a classificação de **Mau**, o Alviela a de **Medíocre,** sendo que a classificação de **Razoável** foi conferida aos rios Ave e Sizandro e às ribeiras dos Milagres, da Laje e de Odelouca. Face a estes resultados que exigem a reflexão e a intervenção das autoridades nacionais para a obtenção do bom estado ecológico, foi emitido um comunicado de imprensa no Dia Nacional da Água.
No dia 26 de Setembro, a equipa do projecto participou na manifestação organizada pelo Protejo – Movimento pelo Tejo, "Por um Tejo Vivo, Não à Poluição!", através da organização e mobilização de um grupo de acção que esteve presente na praia fluvial de Constância, tendo aí sido iniciada uma descida do Rio Tejo em canoa até Vila Nova da Barquinha. No mesmo dia, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, a coordenação do projecto participou, em Abrantes, no colóquio Praxis IV – Plataforma Giratória entre o Aquém-Tejo e o Além–Tejo, através da apresentação de uma comunicação sobre o projecto dQA.
A 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, a Equipa do projecto, em co-organização com o projecto Life Ecotone (promovido também pela Quercus) e a APA- Agência Portuguesa do Ambiente, participou, na Sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, em Évora, no evento de comemoração do Dia Nacional da Água, com a apresentação de várias comunicações sobre cursos de água, onde foi também apresentado o sítio electrónico do projecto.
Já a 9 de Outubro foi a vez da participação no evento Greenfest, onde também foi apresentado o sítio electrónico do projecto e a plataforma colaborativa que o integra.
A equipa do projecto continua a monitorizar a qualidade ecológica das sub-bacias seleccionadas, através da amostragem de água e análise dos parâmetros físico-químicos em laboratório.
Para a melhoria da qualidade dos nossos cursos de água, vai ser ainda de importância decisiva a participação do Grupo de Trabalho da Água e da equipa do projecto dQa na consulta pública nos Planos e Gestão das Regiões Hidrográficas até Dezembro de 2015.

Equipa dQa
Monitorização de macroinvertebrados no Rio Almonda

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

INDÚSTRIA AUTOMÓVEL SOB A MIRA DAS AUTORIDADES DOS EUA E DA EUROPA

Mafalda Sousa
Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Associações ambientalistas apelam à rápida adoção de testes de emissão mais adequados e transparentes

Nos últimos anos, as associações de defesa do ambiente têm alertado as entidades competentes sobre a manipulação de dados fornecidos pelos fabricantes automóveis quando comparados com as condições reais de condução, quer nas emissões de dióxido de carbono (e consumo de combustível), quer de outros poluentes (como óxidos de azoto e partículas, com maior impacto na poluição das cidades).

No passado mês de Setembro a marca alemã Volkswagen esteve envolvida num escândalo sem precedentes na história da indústria automóvel. A marca foi acusada de fraude pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA pela introdução de um dispositivo de "software" incorporado nos motores a gasóleo, o qual permitia reduzir as emissões de óxidos de azoto em condições de laboratório, enquanto na estrada emitem 10 a 40 vezes acima do máximo permitido pela lei americana.

Estão em causa mais de 11 milhões de veículos a gasóleo em todo o mundo, fabricados entre 2009 e 2015, com motores tipo EA 189 equipados com este dispositivo e a Volkswagen poderá ainda pagar multas da ordem dos 18 mil milhões de dólares (mais os custos acrescidos da retirada dos veículos do mercado e ações em tribunal).

No entanto, esta situação não é nova, quer nos EUA, quer na Europa. Num estudo divulgado pela T&E - Federação Europeia para os Transportes e Ambiente, da qual a Quercus faz parte, apenas 1 em cada 10 novos veículos a gasóleo testados no mercado europeu cumpre as normas de emissão Euro 6 em vigor desde 1 de setembro. Em média, os novos veículos ligeiros a gasóleo emitem cerca de cinco vezes acima do limite permitido em condições reais de condução (na estrada). De referir que as normas Euro fixam limites de emissão para alguns poluentes, como o monóxido de carbono, os óxidos de azoto, as partículas ou os hidrocarbonetos, excluindo o "conhecido" dióxido de carbono.

Já em relação ao consumo de combustível (que está diretamente associado às emissões de CO_2), há outro estudo da T&E que merece referência. Alguns dos novos modelos das marcas Mercedes, BMW e Peugeot - incluindo o Mercedes Classe A, C e E, o BMW Série 5 e o Peugeot 308 - consomem cerca de 50% mais combustível na estrada do que os consumos oficiais publicitados pelas marcas e obtidos através de testes de laboratório. Esta diferença de consumos tem crescido significativamente nos últimos anos (40% em 2014, muito acima dos 8% em 2001), e pode custar aos condutores uma média de 450 euros por ano em custos de combustível.

Um novo sistema de testes de emissão está em discussão, a nível europeu, para atestar as emissões dos veículos a gasóleo em condições reais de condução, mas não será aplicável a todos os veículos antes de 2018. Entretanto, os fabricantes de automóveis continuam a atrasar não só a introdução do novo teste de emissão, mas também a adoção de novos limites de emissão para os veículos.

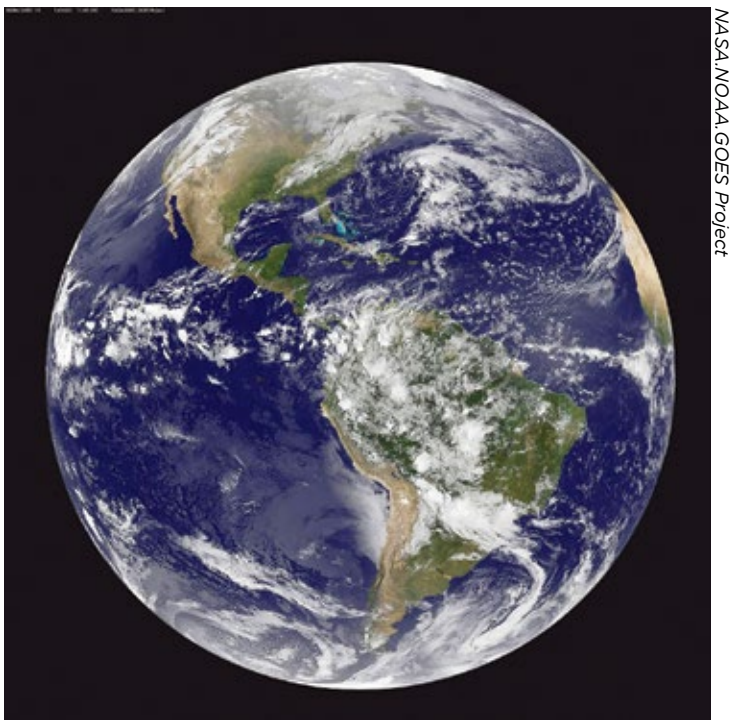
As organizações não-governamentais esperam que a União Europeia inicie uma investigação alargada sobre todos os novos veículos colocados no mercado para identificar eventuais fraudes, exigir a retirada dos modelos fraudulentos e garantir a devida compensação dos consumidores. A indústria automóvel deverá concentrar-se, sim, na produção de veículos mais eficientes e limpos na estrada, em vez de desenvolver mecanismos para contornar regras ambientais e enganar os consumidores, com prejuízo para o ambiente e a saúde pública.

Yarik Mishin

Emissões poluentes

AGENDA 2030 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TODOS OS CAMINHOS VÃO DAR A PARIS

Sara Campos
Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus



NASA.NOAA.GOES Project

Que futuro para o planeta?

17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), abrangendo 169 metas no total, foi a contabilização do desafio assumido pelos 193 países presentes na Cimeira das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque de 25 a 27 de Setembro de 2015, coincidindo com a comemoração do 70º aniversário da Organização.

Entre os ODS traçados para o pós-2015 está a erradicação da pobreza extrema, o fim da malnutrição, a conclusão do ensino secundário, a erradicação das igualdades de género ou a garantia de emprego, a nível mundial.

Na área do ambiente, algumas das metas assumidas passam pelo combate às alterações climáticas; a proteção dos ecossistemas terrestres e dos oceanos; o acesso global a água potável; a construção de cidades verdes, com qualidade de vida ou a promoção do consumo sustentável, que reduza o desperdício.

A lista completa pode ser conhecida em http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/, representando uma Agenda de alcance e significado sem precedentes. Foi aceite e é aplicável a todos os países com assento na ONU, tendo em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento, as políticas e as prioridades nacionais.

Contudo, promessas não são por si só suficientes, tal como afirmou o Papa Francisco no dia 25 de Setembro, data em que discursou pela primeira vez na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

São precisos passos e medidas concretas, disse o líder da Igreja Católica, colocando mais pressão do lado dos Chefes de Estado e de Governo também presentes em Nova Iorque e que decidirão em Dezembro, na Conferência Climática de Paris (COP21) o futuro do planeta.

Os dados da comunidade científica apontam, mais do que nunca, para a necessidade urgente de mudar de rumo, de modo a garantir que o aumento da temperatura global fica abaixo de 2ºC. Ao mesmo tempo que consumimos recursos naturais mais rapidamente do que eles se conseguem renovar, assistimos aos impactos negativos da degradação ambiental: desertificação, secas, degradação dos solos, escassez de água doce e perda de biodiversidade. Os desafios que a humanidade enfrenta, em particular nos países em desenvolvimento, são exacerbados pela ocorrência cada vez mais frequente e gravosa destes eventos climáticos.

As alterações climáticas são consideradas por muitos como um dos maiores desafios do nosso tempo. O aumento da temperatura global, a subida do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactes estão a afetar seriamente as zonas costeiras, incluindo muitos países e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Daqui para a frente, o desafio é passar à prática e transformar promessas em compromissos, de modo a implementar esta Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que deverá apoiar-se mutuamente no tão esperado Acordo de Paris.

EQUIPAMENTOS DE AQUECIMENTO MAIS EFICIENTES NA UNIÃO EUROPEIA

Sara Campos
Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Com a entrada em vigor da nova Diretiva Europeia, a 26 de Setembro de 2015, passaram a vigorar para todos os Estados-membros novos requisitos de concepção ecológica (atendendo a critérios de eficiência energética, emissões poluentes e nível sonoro) e rotulagem para todos os equipamentos de aquecimento ambiente, águas quentes e sistemas mistos, com potência até 70 kW e depósitos até 500 litros. Aqui incluem-se aparelhos como caldeiras, esquentadores, sistemas solares, bombas de calor, termoacumuladores, depósitos ou equipamentos de co-geração. Ao todo, são 10 as novas etiquetas de eficiência energética que podemos encontrar no mercado para este tipo de equipamentos de aquecimento, que são responsáveis por 25% das emissões europeias de dióxido de carbono.

Após anos de duras negociações entre a Comissão Europeia e a indústria do setor, foi possível atingir um novo grau de eficiência energética. Estimativas do European Environmental Bureau (EEB) indicam que as poupanças potenciais geradas pelos novos requisitos para os aquecedores de água equivalem ao desmantelamento de 47 reatores nucleares, como os da central nuclear de Fukushima, na Europa até 2020.

Água quente solar pode levar a poupanças de 75%

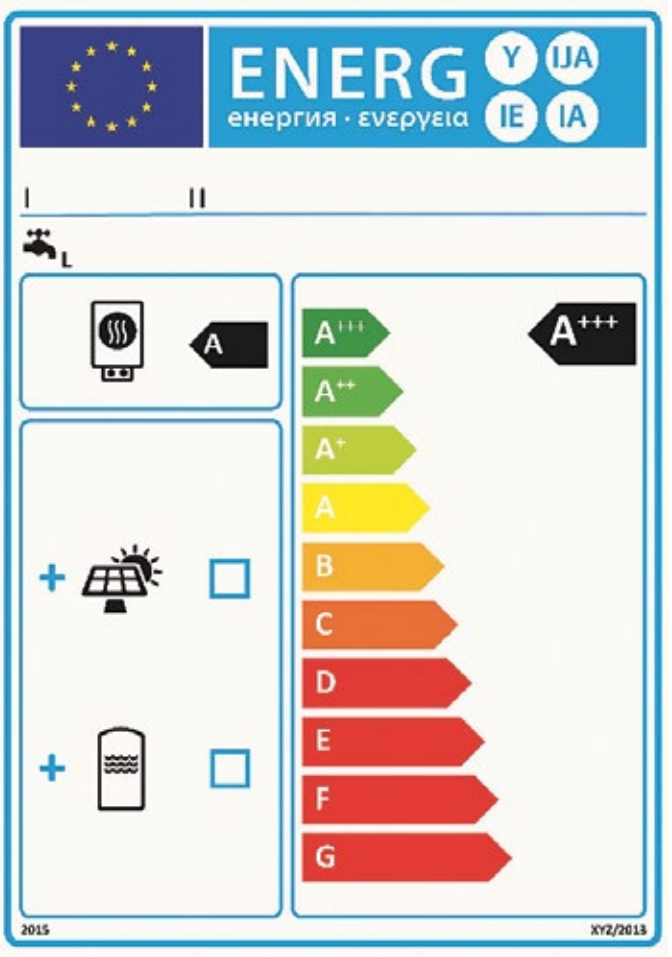
Portugal é um país beneficiado, atingindo as 3000 horas sol por ano em algumas regiões. Temos um dos índices mais elevados de radiação solar por unidade superfície da Europa, faltando contudo aproveitar uma grande margem do potencial deste recurso energético limpo, inesgotável e sem impactes ambientais.

Num edifício ou infra-estrutura, a água quente solar pode ser utilizada para produzir água quente sanitária (duches e torneiras), para o aquecimento de piscinas e ainda no apoio aos sistemas de aquecimento central.

Apostar numa das muitas soluções já disponíveis no mercado para o efeito traz vantagens ambientais, mas não só. Também económicas, permitindo uma redução média de 75% das despesas com água quente sanitária. Nos meses de maior radiação, pode chegar aos 100%.

Por outro lado, a tecnologia é versátil, podendo ser aplicada em habitações unifamiliares e colectivas ou serviços como restaurantes, hotéis, hospitais, escolas ou pavilhões desportivos.

As soluções no mercado têm vindo a aliar a poupança ao conforto do consumidor, permitindo recuperar o investimento em pouco tempo. Por exemplo, os esquentadores termoestáticos com tecnologia de condensação e compatíveis com instalações solares. Ao recorrerem a água pré-aquecida por um coletor solar térmico, só utilizam o gás se a temperatura definida for superior à da água que vem do painel solar térmico. As poupanças em gás podem chegar aos 35% e, uma vez que permitem ter água quente à temperatura certa mal se abre a torneira, podem ajudar a economizar até 60 litros água por dia.



Etiqueta do sistema de água quente e aquecimento solar

ClimAdaPT.Local
MUNICÍPIOS PORTUGUESES IDENTIFICAM OS SEUS MAIORES RISCOS CLIMÁTICOS PARA O FUTURO E AVALIAM OPÇÕES DE ADAPTAÇÃO

ClimAdaPT.Local
Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

No âmbito do processo formativo com vista à criação de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), os municípios beneficiários do Projeto ClimAdaPT.Local já identificaram as suas vulnerabilidades climáticas futuras e preparam-se agora para avaliar a aplicação de várias opções de adaptação.

Após a segunda fase de *workshops* regionais, que decorreu entre os meses de setembro e outubro, é possível destacar, para o conjunto das 26 autarquias*, os eventos climáticos com tendência a ser mais gravosos no futuro:

• Precipitação excessiva (cheias e inundações rápidas; deslizamento de vertentes e danos em infra-estruturas): estes fenómenos tenderão a ser menos frequentes, mas mais intensos nos próximos anos, de acordo com as projeções.

• Temperaturas elevadas/ondas de calor: as projeções apontam para um aumento substancial da temperatura na primavera e no verão ao longo deste século, bem como ondas de calor mais frequentes e uma maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, derivada da conjugação de situações de seca com temperaturas elevadas.

• Secas: serão progressivamente mais frequentes e intensas até 2100.

• Ondulação forte/galgamento costeiro: os cenários projetados para o ano de 2050 apontam para uma subida do nível médio do mar entre 0,17m e 0,38m, valores que evoluirão para um intervalo entre 0,26m e 0,82m até ao final do séc. XXI. Numa projeção mais extrema em termos globais, alguns estudos apontam uma subida de 1,10m em 2100. Os impactes destes fenómenos serão mais graves se conjugados com a sobrelevação do nível médio do mar associada a tempestades.

Face aos cenários de maior risco climático no futuro, os municípios estão a estudar várias opções de adaptação, cuja viabilidade será avaliada na próxima fase do projeto:

• Promoção de corredores/espaços verdes nos municípios;
• Criação de bacias de retenção para fazer face a inundações urbanas;
• Opção por culturas agrícolas mais resistentes à seca;
• Regeneração do cordão dunar;
• Criação de uma rede de alerta local para eventos extremos;
• Articulação da EMAAC com Planos Municipais de gestão do território;
• Revisão do PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios);
• Promoção de ações de educação ambiental.

Para que o processo de avaliação destas opções de adaptação seja mais interativo e participado, serão organizados pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre Outubro de 2015 e Fevereiro de 2016, 26 workshops em cada um dos municípios beneficiários de forma a promover a participação e reflexão conjunta com os diversos atores-chave do município.

*Amarante, Barreiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Castelo de Vide, Coruche, Évora, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Funchal, Guimarães, Ílhavo, Leiria, Lisboa, Loulé, Montalegre, Odemira, Porto, São João da Pesqueira, Seia, Tomar, Tondela, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.

O consórcio responsável pelo ClimAdaPT.Local é constituído por entidades portuguesas e norueguesas (académicas, empresas, ONG e municípios) – entre as quais a Quercus - envolvidas em estudos, elaboração de estratégias e implementação de ações de adaptação, assim como no planeamento e gestão do território ao nível municipal e regional.

O projeto ClimAdaPT.Local está integrado no Programa AdaPT, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA, IP), enquanto gestora do Fundo Português de Carbono (FPC), no valor total de 1,5 milhões de euros cofinanciado a 85% pelo EEA Grants e a 15% pelo FPC. O projeto beneficia de um apoio de 1,270 milhões de euros da Islândia, Liechtenstein e Noruega através do programa EEAGrants, e de 224 mil euros através do FPC. O objetivo do projeto ClimAdaPT.Local é desenvolver estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas.

Mais informações: **http://climadapt-local.pt**

CALENDÁRIO 2016

NESTE NATAL, ADQUIRA UM CALENDÁRIO QUERCUS, CONTRIBUINDO ASSIM PARA O FUNDO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Quercus NÚCLEO DO PORTO

LOJA.QUERCUS.PT

DESIGN: JOÃO SANTOS

ECOTOPIA

LIVROS

Diário da Natureza 2016 - Árctico
Autor: Luísa Ferreira Nunes
Preço: 13,41€
Editora: Exclamação

A 8ª edição do Diário da Natureza leva-nos numa viagem pelo mundo natural do Árctico, numa expedição ao longo do golfo do Alasca, atravessando glaciares, florestas e costa, desde Juneau até aos fiordes de Kenai, já perto da ilha Kodiak. A autora retrata os ambientes gelados do Árctico nas suas aguarelas, que ganham uma expressão ímpar nesta edição e convidam o leitor a acompanhá-la nesta expedição.

Fonte: **Exclamacao.pt**

Agenda 2016 - Plantas Medicinais e Biodiversidade
Autor: Fernanda Botelho
Editora: Dinalivro
Páginas: 160
Formato: 145 x 215 mm
Preço c/IVA: 12,50 €

Além de celebrar a riqueza botânica do planeta, esta agenda alerta-nos para os perigos que, a cada momento, diminuem a biodiversidade da Terra. Nesse sentido, a par de plantas pouco conhecidas, mas comuns no nosso país, como a aristolóquia ou a lufa, Fernanda Botelho decidiu destacar espécies protegidas e pertencentes à flora autóctone da Península Ibérica. Do continente, vieram o tomilho bela-luz ou a rosa-albardeira e, em representação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, chegaram a serpentina ou a hortelã-de-cabra. O percurso desta agenda não se confinou, porém, a Portugal e trouxe de outras paragens plantas que aliam um grande interesse nutritivo a um significado cultural profundo, por exemplo, a moringa ou o lótus.
Como em anos anteriores, as informações, os conselhos, as receitas e as curiosidades dos textos partilham as páginas com fotografias originais da autora, cuja beleza constitui um apelo à preservação do verde que nos rodeia, nos protege e nos nutre o corpo e o espírito.

Fonte: **www.portaldojardim.com**

Petróleo Verde – Floresta de Equívocos
Autor: João Soares
Editora: Edições Ex Libris

O Engº João Soares acabou de publicar a obra "Petróleo Verde, Floresta de Equívocos", constituída por três volumes que reúnem textos seus escritos sobre a Floresta Portuguesa em mais de quatro décadas de trabalho técnico e intervenções públicas.

Figura incontornável do sector florestal português, que desempenhou as funções de Secretário de Estado das Florestas, Presidente do Instituto dos Produtos Florestais, Diretor-geral das Florestas, Vice-Presidente da Comissão Europeia das Florestas da FAO, Presidente da Emporsil - Empresa Portuguesa de Silvicultura, Director Florestal da Soporcel, consultor em assuntos da fileira florestal junto de diversas entidades nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a União Europeia, entre muitas outras, esta publicação constitui um legado técnico e de reflexão sobre as vertentes ambiental, económica e social da floresta, de quem assumiu uma abordagem aberta e desassombrada sobre temas difíceis, polémicos e (muito) importantes.

Fonte: **www.naturfun.pt**

NOTA

Na última edição do Quercus Ambiente, na secção Ecotopia foram referidas duas obras que embora não mencionadas no texto existem também em português. O livro de Bill McKibben foi editado em português em 1990 no Círculo de Leitores (Lisboa), o de Rachel Carson foi reeditado em 2010 na editora brasileira Gaia; a sua primeira edição no Brasil foi logo em 1964, menos de dois anos depois da edição original. Agradecemos ao nosso leitor que enviou esta nota.

RETRATO

AZEVINHO

Ilex aquifolium L. (1753)
Família: *AQUIFOLIACEAE*

Domingos Patacho

Azevinho fêmea

Descrição
Arbusto ou árvore com uma altura que pode variar entre 1,5 e os 12 metros de altura. O seu tronco é direito, com ritidoma em geral liso de cor cinzenta, com uma copa muito densa e ramificada. Os ramos são horizontais, podendo os inferiores tocar o chão.
Com folhas coriáceas (5,5-8 x 2,5-6 cm), de forma variável entre elíptica, oval ou ovado-oblonga, glabra, apresentam um tom verde escuro brilhante. A forma das folhas pode variar na mesma planta entre os ramos mais velhos e a parte mais baixa, com folhas espinhosas, enquanto a parte superior e os ramos novos podem ter folhas desprovidas de espinhos. Os seus frutos (drupas), presentes nas plantas femininas, destacam-se pela sua cor vermelha, sendo pouco carnudos.

Biologia
Esta é uma espécie dióica (i.e. há indivíduos masculinos e indivíduos femininos), cuja floração ocorre entre os meses de abril e junho, dando origem nos exemplares femininos a drupas globosas (de outubro a dezembro), de um vermelho vivo, persistindo durante todo o inverno.
Toda a planta apresenta toxicidade, em especial os seus frutos que possuem várias toxinas. Apesar disso, constituem alimento para numerosas aves, que se constituem como importantes auxiliares na propagação desta espécie. É uma espécie de crescimento lento, podendo viver cerca de 300 anos.

Habitat em Portugal
Ocorre geralmente em carvalhais e matagais em regiões montanhosas, tipicamente em encostas sombrias, barrancos fechados e margens de linhas de água, com preferência por solos profundos siliciosos ou descarbonatados com exposição predominante a norte. Suporta tanto a sombra, favorável durante a germinação e as fases iniciais de desenvolvimento, como a luz intensa. As suas populações distribuem-se genericamente entre os 400 e os 1600 m de altitude, suportando a ocorrência de neve e frios intensos.
Em situações pontuais podem dar origem a formações arbóreas abertas dominantes, de forma mais ou menos absoluta, pelo azevinho, designadas de azevinhais. Os azevinhais parecem resultar da degradação de carvalhais montano (*Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*) ou de bidoais de *Betula celtibérica*. Caracterizam-se por possuírem um estrato arbóreo pouco denso e um sub-bosque com luz abundante que favorece a presença de arbustos das etapas subseriais.

Distribuição
Trata-se de uma espécie espontânea em quase toda a Europa e Ásia Menor. Em Portugal encontra-se no Norte, nas Serras do Gerês, Larouco, Barroso, Padrela, Alvão, Marão, Montemuro, Lapa e também em Sintra e Monchique.

Usos e Costumes
É uma das árvores ornamentais mais cultivadas em Portugal continental. Muito utilizada como ornamento natalício. Apresenta uma madeira branca muito dura e densa, de boa qualidade para trabalhos de marcenaria.
Diversas crenças estão associadas a esta espécie: a quantidade de frutos produzidos é indicação/previsão de um Inverno rigoroso; a sua plantação junto a habitações confere proteção contra descargas eléctricas, doenças e bruxarias; devido à retenção dos seus frutos e folhas brilhantes durante todo o Inverno, esta espécie é um símbolo de fertilidade.

Ameaças:
Atualmente os incêndios constituem a principal ameaça.
É uma árvore muito procurada na quadra Natalícia, a tal ponto que os indivíduos espontâneos correm atualmente o risco de extinção, sendo totalmente proibida a sua colheita no nosso País (protegidos pelo Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro).

Alerta: Os frutos são tóxicos podendo causar problemas quando ingeridos em quantidade.

Domingos Patacho

Sub-bosque de azevinho

Domingos Patacho

Plantação de azevinho

Domingos Patacho

O corte, uma das suas amaeaças

PARTICIPAR

Transplante de
Floresta Autóctone
"Projecto de Sensibilização para o Controlo de Mimosas"
21 Novembro 2015
> 14h 30 às 17h
Bom Jesus do Monte, Braga

Propagação de Plantas
Aromáticas e Medicinais
"oficina"
5 Dezembro 2015
14h30 às 17h30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Inscrições gratuitas
mas obrigatórias, até
3 Dezembro

SEMINÁRIO SOBRE AMIANTO
Fórum da Maia 26 Novembro 10:30h
Venha desmistificar connosco:
QUAL A RELAÇÃO CAUSA-EFEITO DO AMIANTO NA SAÚDE.
QUAIS OS REQUISITOS PARA O SEU CORRETO MANUSEAMENTO.
E MUITAS MAIS DÚVIDAS QUE EXISTEM EM TORNO DESTA TEMÁTICA.
Reserve já o seu lugar para comunicacao@quercus.pt
Contactos - M: +351 931 620 212 T: +351 222011065 comunicacao@quercus.pt

Poda de
Fruteiras
"curso"
9 e 30 Janeiro 2016
11h às 13h
14h às 18h
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 38€
> Não Sócios: 47€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos

ZOOM

A FLORESTA AMEAÇADA

Domingos Patacho

Domingos Patacho

Domingos Patacho

Domingos Patacho

Domingos Patacho

ESPAÇO QuercusKids

PASSATEMPO EM FAMILIA
COROA DE NATAL

Aproxima-se o natal! Pede ajuda aos teus pais e surpreende todos os teus familiares e amigos. É uma ideia fácil e aproveitas as rolhas de cortiça que iam para o lixo.
Vais precisar de:

- Rolhas de cortiça;
- Cola quente;
- Aro em madeira ou cartão grosso (escolhe o tamanho que gostas);
- Sinos fitas e outros enfeites que queiras colocar.

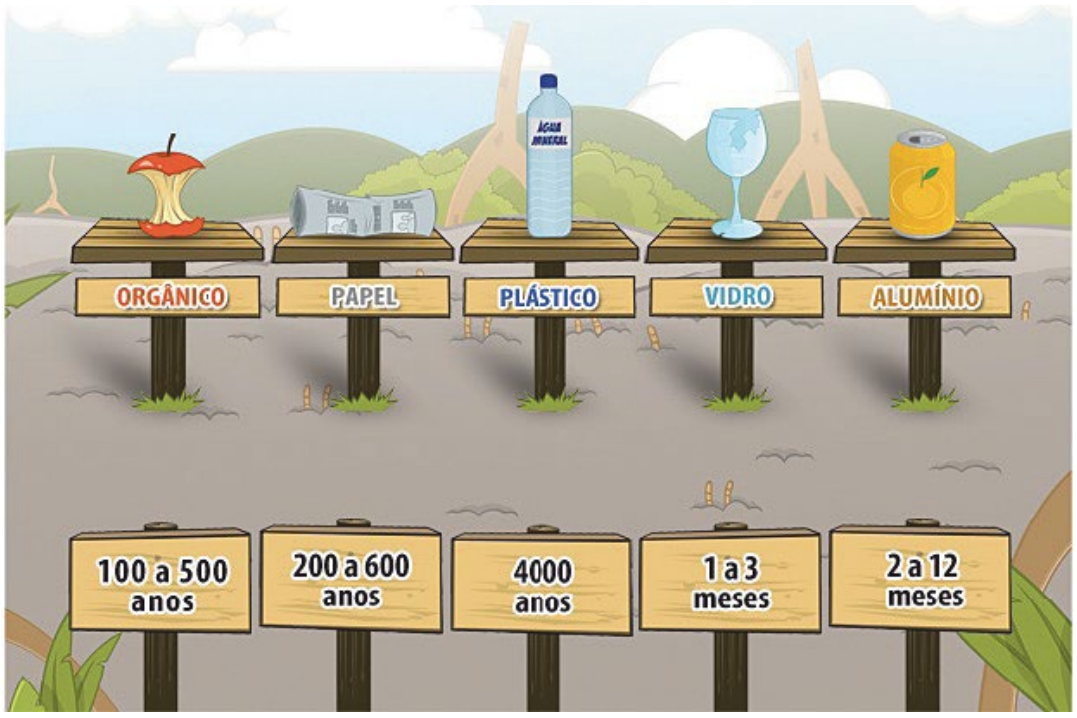
1. Cola uma rolha ao lado da outra no aro, utiliza cola quente (pede ajuda a um adulto).
2. Depois de colar a primeira camada, fixa as rolhas de forma aleatória.
3. Espera cerca de 30 minutos para secar.
4. Cola os enfeites que pretendes usar e está pronta a tua coroa de natal!

No final, envia-nos uma fotografia da tua coroa de natal para o email **jornal@quercus.pt** e a mais criativa será publicada na próxima edição do jornal na página Quercus*Kids.*

SABIAS QUE...

Se uma família de quatro pessoas tomar, todos os dias, duche de cinco minutos, gastará mais de 2600 litros de água por semana – o equivalente à água que uma pessoa bebe ao longo de três anos.

TESTA OS TEUS CONHECIMENTOS
LIGA OS OBJETOS AO TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO

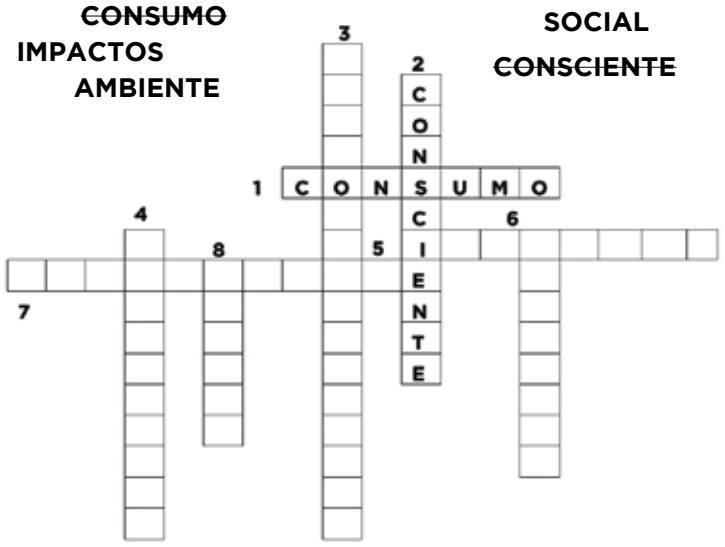


Respostas: 100 a 500 anos -alumínio/ 200 a 600 anos -plástico/ 4000 anos -vidro/ 1 a 2 meses -Orgânico/ 2 a 12 meses -papel.

PALAVRAS CRUZADAS

Preparado para mais um desafio? Resolve o diagrama com as palavras e aprende mais sobre o **Consumo Sustentável!**

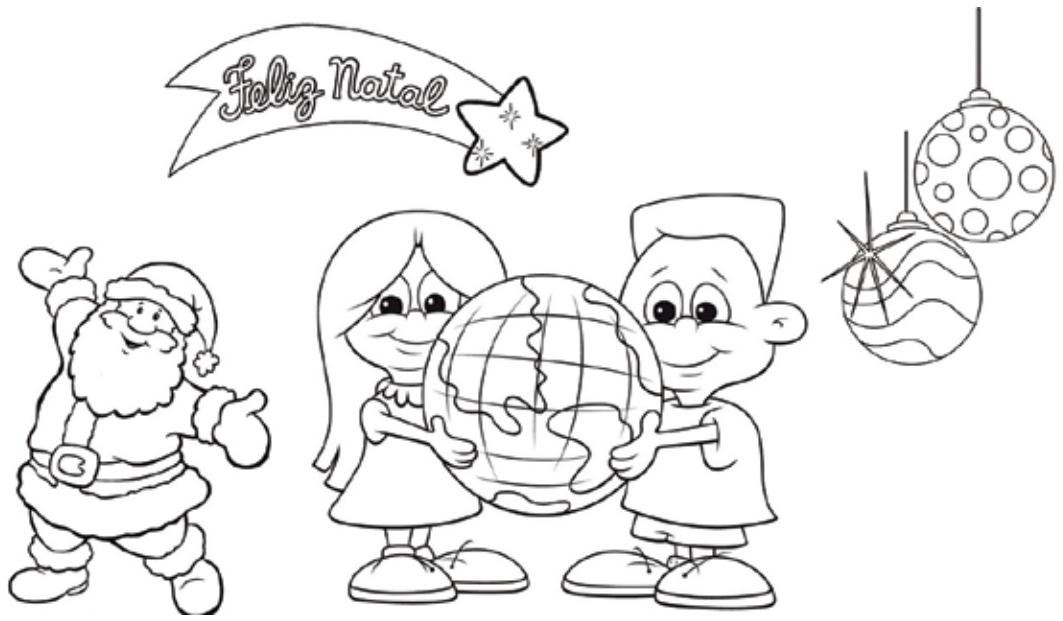
NECESSIDADE
~~CONSUMO~~
IMPACTOS
AMBIENTE
RESPONSABILIDADE
REUTILIZAR
SOCIAL
~~CONSCIENTE~~



Fonte: http://www.caranguejo.org.br/

Respostas: 1- Consumo 2- Consciente 3-Responsabilidade 4-Reutilizar 5-Impactos 6-Ambiente 7-Necessidade 8-Social

PARA COLORIR



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

Decreto-Lei n.º 139/2015 de 30 de julho – MAM
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a Diretiva n.º 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2015 de 31 de julho – PCM
Aprova a inclusão do Sítio Banco Gorringe na Lista Nacional de Sítios

Decreto-Lei n.º 143/2015 de 31 de julho – MAM
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, que transpôs a Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho

Portaria n.º 244/2015 de 14 de agosto – MAOTE
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações que captam na Massa de Água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego

Portaria n.º 275/2015 de 9 de setembro – MAM
Determina, para 2015, um período de interdição da pesca pela frota de arrasto licenciada para a malhagem 55-59 mm tendo em vista a redução do esforço de pesca dirigido aos crustáceos

Decreto-Lei n.º 200/2015 de 16 de setembro – MAM
Estabelece o instrumento de investimento territorial integrado relativo ao mar

Decreto Regulamentar n.º 16/2015 de 16 de setembro – MAM
Procede à sétima alteração ao Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, que define as medidas nacionais de conservação dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas, e à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 14/2000, de 21 de setembro, que estabelece os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

Decreto-Lei n.º 144/2015 de 31 de julho – MAM
Procede à 12.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretiva de Execução 2014/105/UE, da Comissão, de 4 de dezembro

Lei n.º 92/2015 de 12 de agosto – AR
Primeira alteração à Lei n.º 86/95, de 1 de setembro, que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrário

Decreto-Lei n.º 164/2015 de 17 de agosto – MAM
Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2160/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos

Decreto-Lei n.º 165/2015 de 17 de agosto – MAM
Procede à regulamentação da Lei dos Baldios, aprovada pela Lei n.º 68/93, de 4 de setembro

Decreto-Lei n.º 174/2015 de 25 de agosto – MAM
Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, que criou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, estabelecendo as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração

Portaria n.º 261/2015 de 27 de agosto – MAM
Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 7.11, «Investimentos não produtivos», integrada na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», da área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Decreto-Lei n.º 181/2015 de 28 de agosto – MAM
Estabelece o regime jurídico da resinagem e da circulação da resina de pinheiro no território do Continente

Portaria n.º 268/2015 de 1 de setembro – MAM
Estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», integrado na ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Portaria n.º 274/2015 de 8 de setembro – MAM
Estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Portaria n.º 276/2015 de 10 de setembro – MF, MAOTE e MAM
Primeira alteração aos estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., aprovados pela Portaria n.º 353/2012 de 31 de outubro

Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro – MAM
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

Lei n.º 75/2015 de 28 de julho – AR
Regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis

Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2015 de 28 de julho – PCM
Aprova o Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública 2015-2020 - ECO.mob

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de julho – PCM
Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2015 de 30 de julho – PCM
Cria o Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020

Resolução da Assembleia da República n.º 122/2015 de 11 de agosto – AR
Recomenda ao Governo que o seguro escolar abranja os alunos que se desloquem em velocípedes sem motor (bicicletas)

Portaria n.º 240/2015 de 12 de agosto – MAOTE
Fixa o valor das taxas devidas pela emissão das licenças de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica e de operação de pontos de carregamento, bem como da taxa de inspeção devida pela realização de inspeções periódicas, e revoga a Portaria n.º 1232/2010, de 9 de dezembro

Portaria n.º 241/2015 de 12 de agosto – MAOTE
Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015 de 20 de agosto – PCM
Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020

Decreto-Lei n.º 166/2015 de 21 de agosto – MAOTE
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro, que estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal

Lei n.º 106/2015 de 25 de agosto – AR
Primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos objetivos e competências dos conselhos municipais de segurança

Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2015 de 25 de agosto – PCM
Determina a elaboração do Plano Estratégico da Segurança Rodoviária 2016-2020, e das orientações gerais para desenvolvimento da política de segurança rodoviária para o mesmo período

Lei n.º 116/2015 de 28 de agosto – AR
Décima quarta alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio

Decreto-Lei n.º 194/2015 de 14 de setembro – MAOTE
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional

Decreto-Lei n.º 195/2015 de 14 de setembro – MAOTE
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, concluindo a transposição, no que diz respeito às atividades de aviação, da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015 de 11 de agosto – PCM Aprova a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020»

Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A de 14 de agosto - RAA – AL
Aprova o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)

Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto – MAOTE
Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional

Decreto-Lei n.º 179/2015 de 27 de agosto – MAOTE
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente

Lei n.º 152/2015 de 14 de setembro – AR
Processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e seu registo

Decreto-Lei n.º 204/2015 de 17 de setembro – MAOTE
Procede à alteração dos limites da Zona de Proteção Especial do Cabo Espichel e da Zona de Proteção Especial da Costa Sudoeste, criadas pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro

RESÍDUOS

Decreto-Lei n.º 173/2015 de 25 de agosto – MAOTE
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, transpondo a Diretiva n.º 2013/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio, e que revoga a Decisão 2009/603/CE, da Comissão

Portaria n.º 278/2015 de 11 de setembro – MAOTE
Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão

Portaria n.º 289/2015 de 17 de setembro – MAzzOTE
Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de dezembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015 de 21 de setembro – PCM
Autoriza a renovação do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EXMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S. A., relativamente ao qual a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., assumiu, em virtude do processo de fusão por incorporação da EXMIN, S. A., a posição de concessionária

LEGENDA
AR – Assembleia da República
DR – Diário da República
MAM - Ministério da Agricultura e do Mar
MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
RAM - Região Autónoma da Madeira

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários da Iª Série (http://dre.pt/)

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Decreto-Lei n.º 145/2015 de 31 de julho – MAM
Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas n.os 79/117/CEE e 91/414/CEE, do Conselho

Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto – MAOTE
Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

OUTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 de 21 de julho – PCM
Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza

Lei n.º 81/2015 de 3 de agosto – AR
Trigésima sétima alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva 2005/35/CE, relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações

Lei n.º 100/2015 de 19 de agosto – AR
Autoriza o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente

Decreto-Lei n.º 167/2015 de 21 de agosto – MAM
Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética

Lei n.º 110/2015 de 26 de agosto – AR
Estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia (Quadragésima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro)

Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto – AR
Segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais

Lei n.º 159/2015 de 18 de setembro – AR
Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Biólogos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 183/98, de 4 de julho, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Decreto-Lei n.º 205/2015 de 23 de setembro – ME
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transação comercial relativa a um bem ou serviço, clarificando a transposição da Diretiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005

Portaria n.º 317/2015 de 30 de setembro – MAM
Estabelece e define as entidades formadoras dos detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos, aprovando igualmente os requisitos específicos a que devem obedecer as entidades formadoras, o conteúdo da formação e os respetivos métodos de avaliação

PROPOSTAS DIDÁTICAS

ECO-RECEITA

Alexandra Azevedo

Alexandra Azevedo

Compota de pilrito

COMPOTA DE PILRITO COM GELEIA DE ARROZ
Ingredientes:
300g de pilritos
150g de água
Geleia de arroz – peso igual à polpa (+-200g)
Modo de preparação: Lavar os pilritos. Adicionar a água e cozer em lume brando uns 10 minutos. Retirar os caroços com o passe-vite. Pesar a polpa e adicionar ¾ ou o mesmo peso de geleia de arroz. Ferver cerca de 15 minutos, mexendo de vez em quando, até atingir a consistência desejada. Para se conservar basta encher frascos esterilizados e fechar de imediato hermeticamente.

Depois podemos ir usando a compota para muitas receitas, como rechear tartes ou pães de massa doce. Como a sua consistência é cremosa faz lembrar o creme de ovos e é por isso uma alternativa para os veganos.

PÃO DE PILRITO
Ingredientes: Metade da massa de pão doce¨* (cerca de 400g), compota de pilrito, canela em pó q.b.
Modo de preparação: Tender a massa de pão doce sobre uma superfície polvilhada com farinha até obter um rectângulo de 40X30 cm e coloque num tabuleiro de ir ao forno. Espalhar compota de pilrito aromatizada com canela numa faixa de 10 cm de largura no centro da massa. Cortar os lados de fora da massa em tiras de 2,5 cm e cruzá-las sobre a compota. Cobrir a trança e deixar duplicar de tamanho. Vai ao forno a 190ºC durante 25 a 30 minutos.

MASSA DE PÃO DOCE
Ingredientes: 450g de farinha, 100g de açúcar, 100g de manteiga, 1,5 dl de leite, 20g de fermento de padeiro, 1 ovo e 1 pitada de sal. Modo de preparação: Colocar todos os ingredientes na cuba da máquina de fazer pão e escolher o programa para massa.
(receita de pão de pilrito adaptada da receita de pão de alperce de O Grande Livro da Cozinha Internacional", Selecções do Reader's Digest, 2ª edição 1988)

Alexandra Azevedo

Pão de pilrito

O pilrito é o fruto do pilriteiro ou espinheiro-alvar - *Crataegus monogyna*, que pode ser colhido de setembro a novembro. O pilriteiro tem extensa distribuição pelo nosso território, é indiferente quanto ao tipo de solo e clima. Foi introduzido na Madeira. Este arbusto ou pequena árvore de folha caduca tem grande valor genético podendo ser usado como porta-enxerto de pereiras e também muito interessante como ornamental quer na fase de floração quer na fase de frutificação.

Alexandra Azevedo

Pilrito

SIMPÓSIO TURISMO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

NOVOS CONCEITOS EM TURISMO

No dia 10 de Setembro decorreu, no Auditório Municipal de Cinfães, o Simpósio "Turismo, Sustentabilidade e Desenvolvimento", organizado pelo Grupo de Trabalho de Turismo Sustentável da Quercus e pelo Núcleo de Vila Real e Viseu da Quercus, onde foram feitas diversas apresentações relacionadas com novos conceitos na área do turismo. Depois da abertura do simpósio pelo Vice-presidente do Turismo e Ambiente da Câmara de Cinfães professor Serafim Rodrigues (em representação do Presidente da Câmara) e pelo Presidente da Quercus engenheiro João Branco, a primeira apresentação foi feita pelo Dr. Zoltan Hajdu, especialista em gestão ambiental e coordenador geral do Focus Eco Center[1], que fez uma apresentação sobre atividades de turismo Rural Sustentável na Roménia. O Dr. Jorge Ventura, presidente da Associação para a Defesa do Vale do Bestança[2], falou sobre a associação, os seus objetivos e a perseverança desta associação ao longo da sua existência. Salientou que foi precisamente a convicção dos membros da associação pela preservação e valorização do património natural e cultural do vale do Bestança, que levou a Câmara Municipal de Cinfães e a Assembleia Municipal a votarem, por unanimidade, contra a implantação de mini-hídricas no rio. O Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães, engenheiro João Henrique Mendes, também esteve presente e falou sobre a importância da realização deste Simpósio em Cinfães e do desenvolvimento de atividades de turismo sustentável nesta zona do País.

Célia Vilas Boas

Participaram ativamente na organização desta atividade, além dos elementos da Quercus, Engº João Henrique (Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães) e Dr. Jorge Ventura (Presidente da Associação para a Defesa do Vale do Bestança)

A segunda parte do simpósio, foi iniciada por Mário de Carvalho que apresentou o novo grupo de trabalho da Quercus "Turismo Sustentável". Os trabalhos seguiram com o Engº Poças de Almeida, proprietário do Hotel Montalegre, que fez uma apresentação sobre a Eficiência Energética no Turismo dando como estudo de caso a remodelação do edificio do hotel, em que toda a parte energética foi reconvertida, maximizando a sua eficiência energética, onde conseguiu atingir um valor próximo do zero em despesas com energia. O Dr. João Gomes, diretor hoteleiro na Figueira da Foz falou sobre a Gestão Hoteleira Sustentável, a Arqª Alexandra Pereira, proprietária da Casa do Almocreve (Gouve-Baião), fez uma apresentação sobre as principais preocupações ambientais em projetos de arquitetura. Por fim, Filipe Teixeira, da Bike Adventure Tour, proprietário da empresa, fez uma apresentação intitulada "Preocupação Ambiental em Projetos de Turismo".
Da parte da tarde, os participantes no simpósio fizeram uma caminhada no vale do Rio Bestança acompanhados por vários elementos da Associação para a Defesa do Vale do Bestança.

[1] ONG de Tg. Mures (Transylvania Central), criada em 1993, com o objetivo de informar a população sobre os problemas ambientais e para representar o interesse público e promover a participação pública sobre o desenvolvimento sustentável
[2] Associação, que fez 20 anos em 2013, e que tem como principal missão a defesa e valorização dos recursos endógenos do sítio vale do Rio Bestança (Cinfães)

ROSTOS QUERCUS

Fernando Jorge Gouveia Dias

Idade: Data de nascimento: 12/01/1973. Façam as contas...

Função na Quercus: Depois de dois anos como secretário de direcção, assumi em Janeiro deste ano as funções de Presidente do Núcleo Regional do Algarve da Quercus.
Coordenar com todos os colegas as tarefas e iniciativas do Núcleo desde actividades de educação ambiental, saídas de campo, elaborar pareceres às consultas públicas ou acompanhar as várias denúncias que chegam ao núcleo são algumas das funções que temos. Pessoalmente, acompanho desde a sua criação duas Plataformas em que a Quercus está envolvida, a Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados e a Plataforma Algarve Livre de Petróleo.

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?
Para mim não existiu um apelo ou um momento exacto, mas a pessoa certa. Passava todas as férias de escola na terra da minha avó materna e muito do que sou hoje é em grande parte graças a ela. Ali vivia-se da agricultura e eu acompanhava-a para todo o lado. Lembro-me da época das vindimas, da apanha da azeitona ou das longas caminhadas para ir buscar o leite acabado de ordenhar ou a água fresca à fonte para beber e cozinhar. Foi com ela que aprendi a importância e o respeito que todos devemos ter para com a natureza.
Seria algo imperdoável não me referir à aldeia, que ganhou um lugar na história por ter sido a primeira aldeia portuguesa (1960) a ficar debaixo de água devido à construção de uma barragem. Obrigados a subir o monte, onde agora se encontra a nova aldeia da Faia, e a abandonar o rio e os terrenos agrícolas de excelência, muitos dos seus habitantes ainda hoje consideram que o apregoado progresso nunca correspondeu às expectativas.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?
Por motivos profissionais estive algum tempo afastado do voluntariado, mas assim que fui ganhando algum tempo livre o "bichinho" voltou a crescer cá dentro! Por intermédio da minha amiga e super activa Teresa Fonseca (os dias dela devem ter mais do que 24h, é a única explicação que encontro!) conheci a Melissa Shinn, na altura na Quercus e agora na Greenpeace, foi ela que fez a ligação ao Núcleo do Algarve. No entanto não posso deixar de referir o apoio da direcção da altura e mais em particular da disponibilidade do secretário de direcção Paulo Lucas, sem a qual o núcleo não seria o que é hoje.

Há quanto tempo andas nisto?
No voluntariado ou activismo pelas questões ecológicas não sei precisar, na Quercus vai para quatro anos...

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?
Estar na Quercus é como voltar à escola. Estamos em constante aprendizagem e a conhecer novas pessoas. No entanto, juntei-me a uma associação ambientalista por gostar de estar em contacto com a natureza e de sentir a necessidade de fazer algo em sua defesa e a Quercus tem muitas actividades que permitem isso.

E o que menos gostaste?
Terei que referir o acompanhar das várias denúncias que chegam até nós tanto por mail como por telefone, não por não gostar, mas porque quando são muitas o Núcleo sente dificuldade em dar uma resposta rápida como é esperado pela pessoa que nos contacta. Algumas levam o seu tempo, são tão específicas que temos que consultar outros colegas mais ligados àquela área ou com mais experiência, mas neste aspecto a Quercus está bem servida.
Quando entrei para a Quercus lembro-me das histórias que colegas há mais tempo na Associação contavam e que com toda a certeza nunca mais vão esquecer. Hoje já tenho as minhas próprias histórias e a maioria é por acompanhar as denúncias. Algumas menos boas mas prefiro partilhar uma que recordo com apreço, acho que neste caso ninguém vai levar a mal se eu fizer como os nossos políticos dando a volta à questão. Recebemos uma chamada do estrangeiro de uma senhora a reportar uma situação a ocorrer junto da casa dos pais aqui no Algarve. Apenas ajudámos a fazer a queixa a enviar à entidade competente, mas contrariamente à maioria dos casos este foi rapidamente resolvido. Quando a senhora veio a Portugal de férias deslocou-se ao Núcleo para nos agradecer pessoalmente e dizer que ainda nesse mesmo dia se ia inscrever e a toda a família como sócios da Quercus. Estamos todos aqui por uma causa mas pessoas assim são uma motivação extra.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?
Uí... Com a desgraça que são os transportes públicos em termos de preço e horários aqui no Algarve e como a maioria das vezes só depois da hora de expediente é que temos tempo para nos deslocar a qualquer lugar a resposta só pode ser o uso do carro. No entanto tentamos reduzir ao máximo a nossa pegada utilizando um dos princípios ecológicos mais antigos, a boleia. O que vem de mais longe vai apanhando os outros pelo caminho...

Quais os teus principais desejos ambientais para Portugal?
Que as pessoas percebessem que já estamos a ser afectados por não preservarmos os nossos recursos e que só todos juntos e de uma maneira pro-activa poderemos mudar as coisas.
Fazendo parte da "PALP - Plataforma Algarve Livre de Petróleo" gostaria que os portugueses percebessem os perigos de Portugal avançar para a exploração de hidrocarbonetos não só na região do Algarve mas em todo o País. Esta ideia de que é agora que vamos ficar todos ricos é uma ilusão que nos tentam vender. Vamos colocar em risco sectores que contribuem significativamente para a economia nacional e que empregam milhares de pessoas como o Turismo e as várias comunidades que subsistem da Pesca por um outro que não cria emprego e nos atira com migalhas para nos fazer acreditar no "El Dorado". A possibilidade de um desastre de grandes proporções já não é o único motivo de alerta. Os problemas das novas técnicas de extracção "Fracking" que usam grandes quantidades de água em mistura com químicos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde com o intuito de criar fracturas na rocha têm-se revelado desastrosas. Por último lembrar que o Algarve é uma zona de actividade sísmica que não podemos ignorar. É necessário parar este "cocktail molotov" e seguir o caminho das energias renováveis para uma total futura independência dos combustíveis fósseis.

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta. Pode também pagar por vale postal.

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2015 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.
O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.
Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA "TRAZ UM AMIGO"

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

NOTÍCIAS COM A "NEWSLETTER" DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus	
Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual:
Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/ CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau,
Bairro do Calhau,
1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE:
jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRETOR: João Branco

DIREÇÃO EDITORIAL: Cláudia Silva

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO:
Alexandra Azevedo; Ana Cristina Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Carla Graça; Diogo Lisboa; Direção Nacional da Quercus; dQa; Eduardo Batista; Fernando Dias; Grupo da Água; Grupo de Energia e Alterações Climáticas; João Branco; José Paulo Martins; Loja Quercus; Mafalda Sousa; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Coimbra da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus: Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus; Nuno Forner; Paula Silva; Paulo Andrade; Paulo Domingues; Paulo Lucas; Pedro Cortes; Quertoon Network; Sara Campos; Vera Santos.

FOTO CAPA: Quercus

FOTOS/IMAGENS: Albano Soares; Alexandra Azevedo; Armando Ferreira; Carlos Silva; Catarina Marinho; CB-ISPA; Célia Vilas Boas; César Jesus; Domingos Patacho; dQa; DURA; Eduardo Batista; EHTC; Feliz Valério; Fernando Abegão; FSC; Humberto Rocha; João Carlos Baptista; João Santos; Lísia Lopes; Lopo de Almeida; Melipal1; NASA.NOAA.GOES Project; NaturZ; Nuno Barroso; Nuno Forner; Nuno Madeira; Nuno Sequeira; Osvaldo Medina; Paulo Domingues; Paulo Lucas; Pedro Cortes; Quercus; Richard Martin; Sandra Dusch Silva; Sérgio Ribeiro; Ted Center; Yarik Mishin. AD – Autor Desconhecido

IMPRESSÃO: Unipress, Centro Gráfico Lda

TIRAGEM: 5 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

resitejo

PROJETO DE CONSERVAÇÃO EX-SITU DE ORGANISMOS FLUVIAIS
SARAMUGOS REPRODUZEM-SE EM CAMPELO

Depois do sucesso obtido na reprodução de várias espécies classificadas como "Criticamente em Perigo", como o Ruivaco-do--oeste, a Boga-portuguesa, a Boga-do-sudoeste e os escalos do Mira e do Arade, que já permitiu a libertação de mais de 10.000 exemplares nos cursos de água de origem de cada população de reprodutores, foi agora possível obter também sucesso na reprodução do Saramugo (*Anaecypris hispanica)*, uma das espécies mais ameaçadas do sul da Península Ibérica e endémica das bacias do rio Guadiana e Guadalquivir, classificada como "criticamente em perigo". Uma população de 30 exemplares adultos chegou ao Posto Aquícola de Campelo em Março de 2015, proveniente das instalações do ICNF, IP - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, em Mértola, entidade com a qual estabelecemos um protocolo de colaboração com vista à reprodução ex-situ deste peixe. Entretanto é com satisfação que podemos assinalar que a sua reprodução ocorreu já entre Maio e Junho deste ano, tendo daí resultado que mais de uma centena de juvenis desta espécie povoam agora um dos tanques do Posto Aquícola de Campelo.

O Projeto de Conservação ex-situ de Organismo Fluviais, desenvolvido neste Posto Aquícola, uma infraestrutura do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas que é gerida pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, resulta de uma parceria entre a Quercus, o ISPA – Instituto Universitário, o Aquário Vasco da Gama e a Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa, e encontra-se em atividade desde 2008 e vem demonstrar que é viável a reprodução ex-situ de espécies da ictiofauna ameaçadas, como ferramenta para a conservação da natureza. É no entanto fundamental dar uma resposta eficaz na aplicação de medidas para a requalificação dos habitats de cada espécie, para que sejam garantidas as condições para a sua sobrevivência no meio natural.

Carlos Silva

Saramugos em Campelo

MICRO-RESERVA BIOLÓGICA DE S. VICENTE
CONSERVAÇÃO DO PENEIREIRO-DAS-TORRES

Nuno Sequeira

Peneireiro

Nuno Sequeira

Peneireiros

Na micro-reserva biológica de S. Vicente no concelho de Elvas continuámos este ano a manter a nossa intervenção na conservação de algumas espécies de aves ameaçadas, nomeadamente da colónia de Francelho ou Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*).

Recordemos que a estrutura do Monte em ruínas onde se situa a colónia, foi alvo de intervenção em 2013, com instalação de mais caixas-ninho, abertura de novas cavidades nas paredes da estrutura e redimensionamento das aberturas nas caixas ninho pré-existentes, de modo a tentar impedir que outras espécies ocupassem os locais.

Este ano, tal como nos anos anteriores, foram realizadas durante os meses de Janeiro e Fevereiro, antes das aves regressarem da sua migração anual, algumas intervenções de manutenção, nomeadamente a limpeza de cavidades e ninhos artificiais, verificações de segurança, o controlo mecânico e manual da vegetação que cresceu no interior do edifício, e a pintura e reparação das paredes da estrutura.

Durante a época de nidificação (Abril-Julho), o trabalho regular anual incidiu na monitorização da colónia, quer à distância (para estimar o número de indivíduos/casais presentes e identificar ninhos ocupados), quer através de visitas regulares (com periodicidade semanal/ quinzenal) para verificação do conteúdo dos locais de nidificação, anilhagem e recolha de aves feridas/debilitadas para recuperação.

Relativamente ao Francelho ou Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*), espécie estepária ameaçada para a qual o projecto foi criado, tivemos neste ano de 2015 a presença confirmada de 9 casais nidificantes, que deram origem a 30 crias voadoras.

Há também que referir a presença neste local de outras espécies a nidificar, sendo de realçar os dois casais de Rolieiro (*Coracias garrulus*), espécie ameaçada e classificada em Portugal como "Criticamente em Perigo", que este ano deram origem a 9 crias voadoras. É também de assinalar a presença a poucas centenas de metros da estrutura de nidificação intervencionada, de um casal de Águia-de-bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), espécie também ameaçada e classificada em Portugal como "Em Perigo", que continua a nidificar no local e que deu origem este ano a mais duas crias voadoras.